

PATRICIA HILL COLLINS
SIRMA BILGE

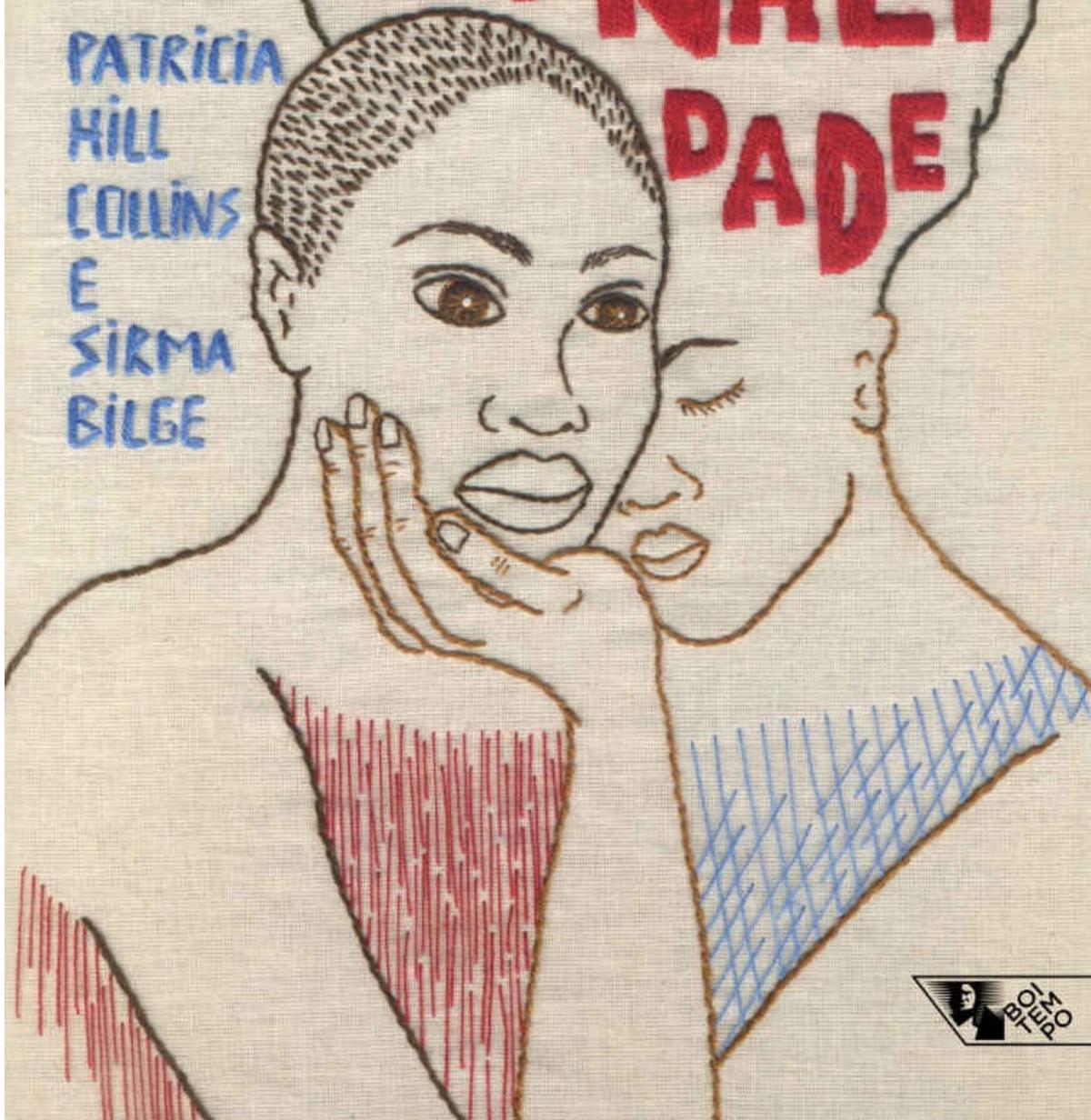
INTERSECCIONALIDADE



100
100
100

INTERSEC CIONALi DADE

PATRICIA
HILL
COLLINS
E
SIRMA
BILGE



Sobre *Interseccionalidade*

Winnie Bueno

Finalmente vemos publicada no Brasil esta obra que, sem dúvida, é uma das mais relevantes já escritas sobre o tema da interseccionalidade. Nela, as autoras Sirma Bilge e Patricia Hill Collins trabalham de forma generosa, elucidativa e comprometida e propõem saídas para questões habituais, como: seria a interseccionalidade um método de pesquisa, uma ferramenta de análise ou uma vertente do feminismo? Quais são os usos da interseccionalidade e suas principais contradições?

Os leitores têm em mãos uma contribuição teórico-crítica ímpar, que evidencia que a interseccionalidade é muito mais do que usualmente percebemos no contexto brasileiro, no qual a circulação acadêmica do termo o reduziu a um somatório de opressões. Na verdade, a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, *status* de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.

O acesso mais amplo deste texto a partir de sua tradução certamente contribuirá para fortalecer debates sobre a interseccionalidade e aprofundar as possibilidades políticas e teóricas de seu uso acadêmico e crítico. Será possível ampliar as relações da interseccionalidade com as lutas de emancipação e justiça social, bem como revelar uma análise crítica que permita destituir o uso mercadológico desse tão importante conceito, que serviu e serve para enunciar ideias e ações da mudança social.

Para mim, particularmente, a interseccionalidade é um oceano, imenso, de navegação complexa. E aqui encontram-se as principais ferramentas para navegá-lo. Permita-se um mergulho profundo. Você não vai se arrepender.

Sobre *Interseccionalidade*

A interseccionalidade tornou-se tema central em círculos acadêmicos e militantes. Mas o que significa exatamente e por que surgiu como lente vital para explorar como as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidades e etnia se moldam mutuamente?

Nesta edição revisada e expandida de um texto já bastante difundido, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge fornecem uma inspiradora introdução ao campo do conhecimento e da práxis interseccional. Analisando o surgimento, o crescimento e os contornos do conceito de interseccionalidade, as autoras também abordam seu alcance global por meio de uma série de novos temas, como ascensão do populismo de extrema direita, justiça reprodutiva, mudança climática e ambientes e culturas digitais. Uma obra indispensável para entender as intrincadas relações da sociedade contemporânea.

PATRICIA HILL COLLINS
SIRMA BILGE

INTERSECCIONALIDADE

Tradução: Rane Souza



© desta edição, Boitempo, 2021

© Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, 2020

Traduzido do original em inglês *Intersectionality* (2. ed., Cambridge, Polity, 2020)

Direção-geral

Ivana Jinkings

Edição

Thais Rimkus

Assistência editorial

Carolina Mercês e Carolina Hidalgo Castelani

Tradução

Rane Souza

Preparação

Mariana Echalar

Revisão

Fabiana Medina

Leitura técnica

Winnie Bueno

Coordenação de produção

Livia Campos

Capas da edição

Flávia Bomfim (concepção e bordado © 2021) e Antonio Kehl (sobre pintura de Sirma Bilge © 2015)

Diagramação

Antonio Kehl

Equipe de apoio

Alexander Lima, Artur Renzo, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Kim Doria, Jéssica Soares, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Pedro Davoglio, Raí Alves, Tulio Candiotto

Versão eletrônica

Produção

Livia Campos

Diagramação

Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C674i

Collins, Patricia Hill

Interseccionalidade [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

recurso digital

Tradução de: Intersectionality

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5717-022-9 (recurso eletrônico)

1. Interseccionalidade (Sociologia). 2. Teoria social. 3. Mudança social. 4. Justiça social. 5. Livros eletrônicos. I. Bilge, Sirma. II. Souza, Rane. III. Título.

20-67526

CDD: 303.4

CDU: 316.42

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva das autoras e não representa necessariamente a posição da FRL.

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/tvboitempo

SUMÁRIO

ABREVIACES

PREFÁCIO

1 O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

2 A INTERSECCIONALIDADE COMO INVESTIGAÇÃO E PRÁXIS CRÍTICAS

3 COMO ENTENDER A HISTÓRIA DA INTERSECCIONALIDADE?

4 O ALCANCE GLOBAL DA INTERSECCIONALIDADE

5 INTERSECCIONALIDADE, PROTESTOS SOCIAIS E NEOLIBERALISMO

6 INTERSECCIONALIDADE E IDENTIDADE

7 INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO CRÍTICA

8 A INTERSECCIONALIDADE REVISITADA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÍNDICE REMISSIVO

ABREVIACOES

AAPF	Forum de Políticas Afro-Americanas
Aiwa	Advogadas Imigrantes Asiáticas
Awuc	Mulheres Asiáticas Unidas da Califórnia
Biwoc	Negras, indígenas e mulheres de cor
CBSA	Agência de Serviços de Fronteira do Canadá
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CRC	Combahee River Collective
CTEM	ciência, tecnologia, engenharia e matemática
Fifa	Federao Internacional de Futebol
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAF	Fundao das áreas Industriais (Texas)
IAHRS	Interseccionalidade no Sistema Interamericano de Direitos Humanos
IBPA	Análise Política baseada na Interseccionalidade
ISA	Associao Internacional de Sociologia
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers
MBK	My Brother's Keeper
NBFO	Organizao Nacional Feminista Negra
OCDE	Organizao para a Cooperao e Desenvolvimento Econmico
OEA	Organizao dos Estados Americanos

ONG	organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Owaad	Organização de Mulheres de Ascendência Asiática e Africana
PAP	pesquisa-ação participativa
SFNM	Famílias Fortes do Novo México
SIDH	Sistema Internacional de Direitos Humanos
STEM	carreiras nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
USSF	Federação de Futebol dos Estados Unidos
WCAR	Conferência Mundial Contra o Racismo
WIR	Relatório Mundial sobre Desigualdade
WNBA	Associação Nacional de Basquete Feminino
YWU	Mulheres Jovens Unidas

PREFÁCIO

O momento é muito oportuno para outra edição do nosso livro. Pessoas de todas as partes do mundo estão enfrentando questões sociais novas e sem precedentes no que tange ao meio ambiente, aos direitos reprodutivos das mulheres, ao ressurgimento da extrema direita no campo político, à segurança alimentar, ao militarismo e à migração. O atual contexto de mudança social global é um grande catalisador desta nova edição, na qual revisitamos e apuramos nossas análises sobre a interseccionalidade. Durante o processo de revisão, optamos por deixar a estrutura do livro original, de 2106, intacta e demos preferência ao aprofundamento dos principais argumentos e conclusões, mediante novos estudos de caso, atualização de informações e maior ênfase em questões globais. Demos mais visibilidade ao crescente alcance global da interseccionalidade e, ao fazer isso, destacamos sua utilidade analítica e política na abordagem de importantes questões sociais.

Nesta nova edição, seguimos com o processo de desenvolvimento de ideias por meio de diálogo e escrita colaborativos. A interseccionalidade demanda esse tipo de trabalho intelectual dialógico. Como nossa parceria pode ser usada como exemplo do alcance global da interseccionalidade, pensamos em compartilhar um pouco nosso processo.

Nós nos conhecemos em 2006, em Durban, na África do Sul, durante o 16º Congresso Mundial de Sociologia, o primeiro encontro desse grupo de delegadas de mais de 150 países realizado na África continental. Patricia foi uma das principais oradoras do evento, que duraria uma semana, e Sirma, professora assistente novata, apresentou uma palestra numa sessão sobre interseccionalidade organizada por Nira Yuval-Davis. Por uma feliz coincidência, pegamos o mesmo ônibus em uma visita ao Museu do Apartheid Kwa Muhle e às *townships*^[a], que ainda hoje sofrem os efeitos do *apartheid*. Tivemos nossa primeira conversa – ainda que muito curta – durante aquela visita. Seis anos depois, nós nos reencontramos no 6º Congresso Internacional de Pesquisa de Feministas Francófonas (Congrès International des

Recherches Féministes Francophones) em Lausanne, na Suíça. Esse grupo vem se reunindo desde meados da década de 1990 em diferentes cidades do mundo francófono, de Paris a Dakar, de Rabat a Ottawa. A conferência de Lausanne, cujo tema era “integrar relações de poder, discriminações e privilégios baseados em gênero, raça, classe e sexualidade”, reuniu cerca de 610 delegadas, acadêmicas feministas e ativistas da Europa, da África, das Américas e do Oriente Médio. Dessa vez, ambas estávamos nos painéis principais. Depois, iniciamos uma conversa que teve sequência durante uma visita ao Musée de l’Art Brut, um museu pequeno, porém notável, onde encontramos trabalhos de grupos considerados *outsiders*, como peças artísticas feitas por pacientes psiquiátricos. Durante essa visita, descobrimos que compartilhávamos perspectivas similares não apenas quanto à conferência e às sensibilidades em relação à interseccionalidade, como descobrimos que Sirma era pintora e Patricia era dançarina e que a arte influencia nossas sensibilidades interseccionais. Apesar de ainda não sabermos naquele momento, nossa parceria para escrever este livro já havia começado.

Este livro é, portanto, o resultado de uma parceria verdadeira. Nenhuma de nós o teria escrito sozinha. Sentíamos a necessidade de escrever um volume que apresentasse as complexidades para além dos públicos com os quais ambas nos sentíamos à vontade. Começamos o diálogo a partir dos diferentes locais que ocupamos na interseccionalidade e trabalhamos para construir pontos de contato. Sirma escreve em francês e inglês sobre a interseccionalidade no contexto acadêmico francófono da região linguisticamente agitada de Tiohtià:ke (Montreal), situada no território protegido Kanien’kéha (povo moicano), onde a competição entre o francês e o inglês ofusca as lutas da língua indígena. Ciente dos problemas de tradução entre as três línguas que domina – turco, francês e inglês –, Sirma se comprometeu a situar a interseccionalidade em estruturas globais e na geopolítica do conhecimento. Consciente e cuidadosa com suas raízes oriundas de um bairro afro-estadunidense de classe trabalhadora na Filadélfia, Patricia escreve tanto para leitoras e leitores acadêmicos quanto para o público em geral dos Estados Unidos e do Reino Unido. Seu trabalho é amplamente reconhecido; contudo, as demandas para ajudar a institucionalizar a interseccionalidade no meio acadêmico acabaram limitando seu envolvimento em espaços de ativismo. Em diversas conversas, discutíamos longamente até chegarmos a um consenso sobre os argumentos que acreditávamos ser os mais úteis a quem nos lê.

Podíamos ver quanto nos complementávamos e sabíamos que as ideias a ser transpostas das diferenças que determinavam a vida de cada uma de nós eram, provavelmente, as mais fortes sobre a interseccionalidade. Uma premissa central

sobre a interseccionalidade diz respeito a ideias, práticas e, neste caso, à execução deste livro. Isso implicava trabalhar com e em meio a muitas diferenças. Logo descobrimos que dialogar é um trabalho árduo. Em certo sentido, vivenciamos nosso material ao longo do processo que escolhemos seguir ao escrever este livro. Não nos interpretem mal! Não foi tão fácil quanto parece e não há nada de romântico nisso. Envolve trabalho e gera tensão – ainda que uma tensão frutífera.

Havia muitos pontos não estáticos nesse tipo de conversa e, por consequência, no tipo de trabalho que a interseccionalidade implica. O processo exigia que nos tornássemos fluentes na linguagem da interseccionalidade uma da outra, nas maneiras de encaixar as coisas, na perspectiva e na percepção uma da outra. Também tínhamos de falar várias línguas, pois a interseccionalidade está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições. Fala tanto à juventude por meio das mídias sociais e da cultura popular quanto ao corpo acadêmico através de conferências e publicações especializadas. Esses diferentes campos da prática da interseccionalidade não se relacionam tanto quanto deveriam, talvez por carecerem de uma linguagem comum. Se esse é o caso, nosso livro tem de falar com esses diferentes grupos de maneiras que eles não sejam mutuamente excludentes, num idioma inteligível e que faça sentido para eles.

Considere este livro um convite para adentrar as complexidades da interseccionalidade. Oferecemos algumas ferramentas de navegação para você percorrer esse vasto terreno. Esta obra é um roteiro de descoberta, não o retrato de um produto acabado. Simplesmente não há como incluir tudo em um único volume. Talvez você ache que algumas de suas autoras favoritas foram pouco mencionadas e autoras de quem nunca ouviu falar são discutidas em demasia. Entramos em muitas áreas, mas não pudemos incluir uma discussão extensa sobre saúde pública, epistemologia, questões ambientais, artes e tantas outras em que se adotam as ideias da interseccionalidade. Assim como trouxemos diferentes campos de especialização e interesse para o processo de redação deste livro e aprendemos a ouvir e traduzir uma à outra ao longo do processo, incentivamos você a fazer o mesmo ao dedicar-se a essas áreas.

Assim como nossa colaboração foi crucial para este livro, também valorizamos o apoio de outras pessoas que nos ajudaram ao longo do caminho. Ambas agradecemos à equipe da Polity por conduzir este projeto com tantos atrasos inesperados. Agradecemos a Louise Knight, nossa editora, que nos deu a ideia do livro e confiou na nossa capacidade de escrevê-lo; a Evie Deavall, coordenadora de produção da Polity; à editora assistente Inès Boxman; e à editora Sarah Dancy.

Também agradecemos aos comentários de dois revisores anônimos cujo olhar crítico potencializou muito o texto, bem como aos de especialistas que usaram a primeira edição deste livro em suas aulas e deram *feedbacks* à Polity.

Em primeiro lugar, Sirma agradece a seu parceiro Philippe Allard, que sempre a apoiou nos altos e baixos de todos os seus projetos de escrita; a sua irmã, Gönenç Bilge-Sökmen; e a sua mãe, Figen Bilge, pelo amor e pelo apoio infalíveis, apesar da grande distância física que as separa. Também agradece a estudantes de pós-graduação que participaram e participam de seus seminários na Universidade de Montreal, lembrando-a constantemente da absoluta necessidade do trabalho crítico e fazendo-a sentir-se intelectual e emocionalmente menos deslocada. Não haveria como fazer uma lista completa aqui. Foram inestimáveis a acolhida e o envolvimento crítico de estudantes com a primeira edição deste livro durante o seminário de pós-graduação sobre interseccionalidade ministrado por Sirma. Ela também agradece ao apoio de colegas do Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, com um obrigado especial a Anne Calvès, Christopher McCall e Marianne Kempeneers, chefe do departamento, e à bibliotecária Catherine Fortier. Expressa gratidão sincera pela amizade e pela solidariedade de acadêmicos e pelas muitas conversas entusiasmadas com ativistas: um obrigado especial a Sara Ahmed, Paola Bacchetta, Leila Bdeir, Leila Ben Hadjoudja, Karma Chávez, João Gabriell, Eve Haque, Jin Haritaworn, Suhraiya Jivraj, Yasmin Jiwani, Délice Mugabo, Jen Petzen, Julianne Pidduck, Malinda Smith, Michèle Spieler e Rinaldo Walcott. E a Arashi, por trazer a graça felina e o tempo de lazer obrigatório à vida de Sirma. Por último, mas não menos importante, ela gostaria de poder agradecer a seu pai, Uğur Bilge, pelo apoio constante, por nunca deixar de perguntar “Ainda não terminou?” e incentivá-la a traduzir este livro para o turco. Uğur Bilge, que plantou a paixão pela leitura na vida de Sirma, primeiro com livros infantis do marxista iraniano Samed Behrengi, faleceu repentinamente em 2014; Sirma dedica este livro a ele.

Patricia agradece a Roberto Patricio Korzeniewicz, cuja forte liderança no Departamento de Sociologia da Universidade de Maryland lhe ofereceu um contexto bem-vindo a este projeto. Também é grata aos muitos estudantes de pós-graduação que contribuíram para este trabalho: Les Andrist, Melissa Brown, Kathryn Buford, Rod Carey, Nihal Celik, Valerie Chepp, Michelle Corbin, Paul Dean, Rachel Guo, Tony Hatch, Nazneen Kane, Wendy Laybourn, Chang Won Lee, Angel Miles, Allissa Richardson, Jillet Sam, Dina Shafey, Michelle Smirnova, Margaret Austin Smith, Danny Swann, Kristi Tredway, Kevin Winstead, Laura Yee e Sojin Yu. Patricia agradece em especial a Ana Claudia Pereira e a colegas, amigos e

amigas que conheceu recentemente no Brasil pelas inúmeras conversas maravilhosas sobre interseccionalidade e feminismo negro. E a colegas que, nas últimas décadas, contribuíram para o sucesso deste livro. Ela gostaria de citar todos os nomes, mas registra seu obrigado principalmente a Margaret Andersen, Juan Battle, Cathy Cohen, Brittney Cooper, Kimberlé Crenshaw, Jessie Daniels, Angela Y. Davis, Kristi Dotson, Michael Eric Dyson, Joe Feagin, Cheryl Gilkes, Evelyn Nakano Glenn, Beverly Guy-Sheftall, Sandra Harding, Elizabeth Higginbotham, Dorothy Roberts, Graham Hingangaroa Smith, Linda Tuhiwai Smith, Catherine Knight Steele, Bonnie Thornton Dill, Lynn Weber e Nira Yuval-Davis. Por fim, Patricia não teria finalizado este projeto sem o apoio de sua família e de outras pessoas queridas: Roger, Valerie, Lauren e Patrice. Seus incríveis netos Harrison e Grant são a luz de sua vida, e ela dedica este livro à geração deles.

[a] *Townships* são áreas segregadas em regiões periféricas. (N. T.)

1

O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

Nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Estudantes de ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos. Ativistas de direitos humanos e representantes do funcionalismo público também transformaram a interseccionalidade em parte das atuais discussões sobre políticas públicas globais. Lideranças de movimentos de base buscam orientação nas variadas dimensões da interseccionalidade para nortear seu trabalho de justiça reprodutiva, iniciativas de combate à violência, direitos da classe trabalhadora e outras questões sociais similares. Blogueiros e blogueiras usam mídias digitais e sociais para influenciar a opinião pública. Docentes do ensino fundamental, assistentes sociais, estudantes do ensino médio, pais e mães, integrantes de equipes de apoio de universidades e escolas adotaram as ideias da interseccionalidade para transformar todos os tipos de instituição de ensino. Nesses diferentes locais, pessoas reivindicam e usam cada vez mais o termo “interseccionalidade” em projetos políticos e intelectuais.

Se perguntássemos a essas pessoas “o que é interseccionalidade?”, ouviríamos respostas variadas e, às vezes, contraditórias. Porém, a maioria provavelmente aceitaria a seguinte descrição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Começamos este livro reconhecendo a imensa heterogeneidade que caracteriza atualmente o entendimento e o uso da interseccionalidade. Apesar das discussões sobre seu significado, e até se é a melhor escolha, “interseccionalidade” é o termo consagrado. Trata-se de uma expressão cada vez mais usada pelos atores sociais que, por sua vez, aplicam a uma variedade de usos seu próprio entendimento de interseccionalidade. Apesar de todas as diferenças, essa definição ampla sinaliza um consenso sobre como se entende a interseccionalidade.

Uso da interseccionalidade como ferramenta analítica

Em geral as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar. Por exemplo, a maioria das faculdades e universidades da América do Norte ancora o desafio de transformar seus *campi* em ambientes mais justos e inclusivos. As divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são mais evidentes no ensino superior. Hoje, faculdades e universidades abrigam um número maior de estudantes que, no passado, não tinham condições de pagar pelo ensino superior (questões de classe); ou estudantes que historicamente precisaram lidar barreiras discriminatórias à matrícula (devido a questões de raça, gênero, etnia, autoctonia, estatuto de cidadania); ou estudantes que enfrentavam diferentes formas de discriminação (questões relativas a orientação sexual, capacidade, religião) nos *campi*. Faculdades e universidades se confrontam com estudantes que desejam equidade, mas trazem experiências e necessidades muito diversas para os *campi*. A princípio, as faculdades estadunidenses recrutavam e atendiam a um grupo por vez, por exemplo, com programas especiais para grupos de origem afro-estadunidense e latina, mulheres, gays, lésbicas, ex-combatentes de guerra, estudantes que retomam os estudos e pessoas com deficiência. À medida que a lista crescia, tornou-se evidente que essa abordagem de um grupo por vez era lenta e que a maioria dos estudantes se encaixava em mais de uma categoria. A primeira geração de estudantes universitários da família pode incluir pessoas de origem latina, mulheres, pessoas brancas empobrecidas, ex-combatentes de guerra, avôs e avós e mulheres e homens trans. Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias para a equidade nos *campi*.

Pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes

monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios.

A interseccionalidade como ferramenta analítica não está circunscrita às nações da América do Norte e da Europa nem é um fenômeno novo. No Sul global, a interseccionalidade é usada frequentemente como ferramenta analítica, mas não recebe essa denominação. Consideremos o exemplo inesperado de Savitribai Phule (1831-1897), ativista social dalit que desenvolveu um trabalho importante na Índia do século XIX, o qual a colocou na primeira geração de feministas indianas modernas. Em um artigo intitulado “Six Reasons Every Indian Feminist Must Remember Savitribai Phule” [Seis motivos para todas as feministas indianas se lembrarem de Savitribai Phule], publicado em janeiro de 2015, Deepika Sarma sugere:

Eis por que sua memória deve ser preservada. Savitribai Phule entendeu a interseccionalidade. Ela e o marido, Jyotirao, eram firmes defensores da ideologia anticastas e dos direitos das mulheres. Os Phule tinham uma visão de igualdade social que incluía a luta contra a subjugação das mulheres e defendiam populações adivasis^[a] e muçulmana. Ela liderou uma greve de barbeiros contra a prática hindu de raspar a cabeça das viúvas e lutou a favor do direito de as viúvas se casarem novamente. Além disso, em 1853, fundou um abrigo para viúvas grávidas. Também se envolveu em outros programas de bem-estar social com Jyotirao, como a fundação de escolas para a classe trabalhadora e populações rurais e o combate à fome através de 52 centros de distribuição de alimento que também funcionavam como internatos. Além disso, cuidou de pessoas atingidas pela fome e pela peste bubônica. Faleceu em 1897, após contrair a peste de seus pacientes.^[1]

Savitribai Phule enfrentou muitos dos eixos da divisão social, a saber, casta, gênero, religião, desvantagem econômica e classe. Seu ativismo político compreendia as categorias interseccionais da divisão social – ela não escolheu apenas uma causa.

Esses exemplos sugerem que as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica de maneiras variadas para abordar uma gama de questões e problemas sociais. Outro uso comum da interseccionalidade é como ferramenta heurística ou de resolução de problemas, da mesma maneira que estudantes de ensino superior desenvolveram um interesse comum pela diversidade, ou que as afro-americanas a usaram para abordar seu *status* na política dos movimentos sociais, ou que Savitribai Phule fez avanços nos direitos das mulheres. Embora todas as pessoas que utilizam as estruturas interseccionais pareçam estar sob um grande

guarda-chuva, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.

Neste livro, examinaremos múltiplos aspectos da interseccionalidade. Contudo, por ora, gostaríamos de apresentar três de seus usos como ferramenta analítica. Em consonância com o argumento de Cho, Crenshaw e McCall, segundo o qual “o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo ‘interseccionalidade’ nem o fato de estar situada numa genealogia familiar, nem de se valer de citações padrão”, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade *faz* e não o que a interseccionalidade *é*”^[2]. Os casos que apresentamos sobre o modo como as relações interseccionais de poder caracterizam o futebol internacional, o reconhecimento crescente da desigualdade social global como um fenômeno interseccional e a ascensão do movimento de mulheres negras brasileiras em resposta a desafios específicos, como o racismo, o sexismo e a pobreza, ilustram diferentes *usos* da interseccionalidade como ferramenta analítica. Eles sugerem especificamente como a análise interseccional dos esportes joga luz sobre a organização do poder institucional, como a interseccionalidade tem sido usada para identificar problemas sociais, e como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo. Esses casos tanto apresentam as principais ideias das estruturas interseccionais quanto demonstram os diferentes usos da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Jogos de poder: Copa do Mundo da Fifa

É impossível saber exatamente quantas pessoas jogam futebol no mundo. No entanto, levantamentos realizados pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) apresentam uma boa estimativa: cerca de 270 milhões de pessoas estão envolvidas no futebol como atletas profissionais, “atletas de fim de semana”, jogadoras e jogadores federados com mais ou menos de dezoito anos, praticantes de futsal, de futevôlei, árbitras, árbitros e autoridades. Trata-se de um vasto conjunto de atletas homens e mulheres tanto amadores quanto profissionais e um público gigantesco, que abarca todas as categorias de raça, classe, gênero, faixa etária, etnia, nacionalidade e capacidade. Se considerarmos crianças e jovens que jogam futebol, mas não praticam atividades organizadas identificáveis pela Fifa, os números crescem consideravelmente.

A ênfase da interseccionalidade na desigualdade social parece muito distante da popularidade global desse esporte. No entanto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para examinar a Copa do Mundo da Fifa mostra como as relações de poder de raça, gênero, classe, nação e sexualidade organizam esse esporte em particular, assim como os esportes de maneira mais ampla. As nações ricas do Norte global e as nações pobres do Sul global oferecem estruturas de oportunidades diferentes para que a juventude frequente a escola, tenha acesso a emprego e pratique esportes, estruturas de oportunidades que privilegiam as nações da Europa e da América do Norte e prejudicam os países do Caribe, da África Continental, do Oriente Médio e alguns países asiáticos e latino-americanos. Essas diferenças nacionais se alinham às diferenças raciais, impedindo que a juventude negra e parda dos países pobres ou das regiões pobres dos países ricos tenha acesso a treinamento e oportunidade de praticar esportes. Meninas e meninos podem querer jogar futebol, mas raramente chegam aos mesmos times ou competem entre si. Sendo um esporte que exige capacidade física, o futebol traz o foco para o “capaz” que sustenta a análise da capacidade. Na base, o futebol é um grande negócio, que proporciona benefícios financeiros a patrocinadores e a uma pequena parcela de atletas de elite. Diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte. Além disso, essas categorias não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o modo como se cruzam determina quem chega a jogar futebol, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que tem se e quando joga. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como essas e outras categorias de relações de poder se interconectam.

Por ser um fenômeno global, a Copa do Mundo da Fifa é um caso particularmente adequado para analisarmos detidamente com o intuito de mostrar como as relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades sociais de raça, gênero, classe, idade, capacidade, sexualidade e nação. As relações de poder dependem de práticas organizacionais duráveis, embora variáveis, que, nesse caso, determinam os contornos do futebol praticado na Copa do Mundo da Fifa, independentemente de quando e onde ocorre e de quem de fato compete. Quatro domínios de poder distintos, porém interconectados, definem essas práticas organizacionais – a saber, o *estrutural*, o *cultural*, o *disciplinar* e o *interpessoal*. Esses domínios de poder são duráveis ao longo do tempo e no espaço. As práticas organizacionais da Fifa mudaram desde os primórdios e assumiram diferentes formas na Europa, na América do Norte, na África Continental, na América Latina, na Ásia, no Oriente Médio e no Caribe. No entanto, a Fifa também é caracterizada por grandes mudanças provocadas pela presença de novas pessoas, por alterações de padrões e pela crescente audiência global. O uso da interseccionalidade para analisar a Copa do Mundo da Fifa mostra as interseções específicas das relações de poder dentro da organização; por exemplo, como gênero e identidade nacional se cruzam dentro da Fifa, bem como as formas específicas que as relações interseccionais de poder assumem *dentro* dos distintos domínios de poder. Aqui, discutimos brevemente as relações interseccionais em cada domínio de poder dentro da Fifa, estabelecendo, assim, uma base para a análise das relações interseccionais de poder.

O *domínio estrutural do poder* refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde. Interseções de classe (capitalismo) e nação (política governamental) são fundamentais para a organização do esporte. Nesse caso, desde a sua criação, em 1930, a Copa do Mundo cresceu em escopo e popularidade para se tornar um negócio global altamente lucrativo. Sediada na Suíça, a Fifa desfruta de uma proteção legal como organização não governamental (ONG) que lhe permite gerenciar suas finanças com um mínimo de supervisão do governo. Dirigida por um comitê executivo de empresários, a Fifa exerce considerável influência sobre empresas globais e governos nacionais que sediam a Copa do Mundo. Por exemplo, para os jogos de 2014 no Brasil, a Fifa conseguiu que o Congresso brasileiro adotasse a Lei Geral da Copa do Mundo que impunha feriado nas cidades onde havia jogo da seleção brasileira, reduzia o número de lugares nos estádios e aumentava o preço do ingresso para o espectador comum. A lei também permitia o consumo de cerveja nos estádios, mudança que beneficiou a Anheuser-Busch, uma das principais empresas patrocinadoras da Fifa. Além disso, a lei isentava de

impostos as empresas que trabalhavam para a instituição, proibia a venda de qualquer tipo de mercadoria nos espaços oficiais de competição, arredores e principais vias de acesso e multava bares que tentassem exibir as partidas ou promover determinadas marcas. Por fim, o projeto definiu como crime federal qualquer ataque à imagem da Fifa ou de seus patrocinadores.

Organizados por diferentes países que competem por tal privilégio com anos de antecedência, os eventos da Fifa geralmente revelam as preocupações características dos países anfitriões. A experiência do Brasil mostra como as preocupações nacionais moldam o futebol global. Com uma das seleções de maior sucesso na história da Copa do Mundo, o Brasil é um dos poucos países cujas equipes disputaram praticamente todos os torneios da Copa do Mundo. Em 2014, o retorno potencial para o Brasil era substancial. Sediar a Copa do Mundo marcou a sua entrada na cena global como um importante ator econômico, minimizando a sua conturbada história de ditadura militar (1964-1985). Um time brasileiro vitorioso prometia melhorar a estatura internacional do país e promover políticas econômicas que beneficiariam a população. No entanto, os desafios associados à organização dos jogos começaram muito antes de os atletas entrarem em campo. O Brasil estima ter gastado bilhões de dólares em preparativos para o evento. O plano inicial apresentado ao público enfatizava que a maioria dos gastos com infraestrutura privilegiaria o transporte, a segurança e as comunicações em geral. Menos de 25% do gasto total seria destinado à construção ou reforma dos doze estádios. No entanto, à medida que os jogos se aproximavam, gastos excedentes aumentaram a despesa com os estádios em pelo menos 75%, e recursos públicos foram retirados dos projetos gerais de infraestrutura.

Em várias cidades brasileiras, os gastos excedentes com a Fifa provocaram manifestações públicas contra o aumento de tarifas no transporte público e a corrupção política. Em 20 de junho de 2013, 1,5 milhão de pessoas se manifestaram em São Paulo, a maior área metropolitana do Brasil, contra os gastos exorbitantes com estádios, o deslocamento de moradores nas cidades e o desvio de recursos públicos^[3]. Quando começou a contagem regressiva para o início do evento, os brasileiros saíram às ruas em mais de cem cidades com *slogans* contra a Copa do Mundo: “*Fifa, go home!*” [Fifa, vai para casa!] e “Queremos hospitais padrão Fifa!”. Um artigo do jornal *The Guardian* relatou: “A Copa do Mundo rouba dinheiro da saúde, da educação e de gente pobre. As pessoas em situação de rua estão sendo forçadas a sair das ruas. Isso não é para o Brasil, é para turistas”^[4]. Essa agitação social serviu de cenário para os jogos, e o Brasil, apesar de ter chegado às semifinais, sofreu uma derrota histórica para a Alemanha.

Como a Fifa não é regulamentada, não surpreende que durante anos tenha sido acusada de corrupção. As disputas sobre o local de realização do evento, a competição entre as nações e seus financiadores caracterizam a Copa do Mundo desde a criação. As empresas patrocinadoras, apoiadores ricos e os meios de comunicação globais parecem ser os principais beneficiários do sucesso global da Copa do Mundo. Parece haver pouco ou nenhum benefício financeiro para os países que sediam a Copa do Mundo – a África do Sul recuperou aproximadamente 10% dos gastos que teve com estádios e infraestrutura para a Copa do Mundo de 2010, e muitos dos doze estádios que o Brasil construiu para a Copa de 2014 foram investigados por corrupção. No entanto, as razões das nações para sediar os jogos podem ir além do ganho financeiro. O Catar ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo de 2022, o que sugere que as controvérsias fiscais e políticas que caracterizam a operação da Fifa persistirão^[5].

Uma análise interseccional do capitalismo e do nacionalismo lança luz sobre as relações estruturais de poder que permitiram à Fifa, como empresa global, influenciar as políticas públicas dos Estados-nação que sediaram os jogos. Mas outras categorias de análise, além de classe e nação, também estão ligadas às relações estruturais de poder da Fifa. Consideremos, por exemplo, as desigualdades de gênero. Os esportes em geral, e os esportes profissionais em particular, costumam oferecer mais oportunidades para os homens que para as mulheres. Até aqui, nós nos concentramos nos atletas de sexo masculino da Fifa, principalmente porque a primeira Copa do Mundo da Fifa, realizada em 1930, era restrita a homens. Desde 1991, quando os primeiros jogos de futebol feminino foram realizados na China, a Fifa administra também a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Quando os Estados Unidos organizaram a histórica Copa do Mundo de 1999, apenas alguns países se candidataram. Desde então, a Copa do Mundo de Futebol Feminino cresceu em popularidade, alcançando um público global sem precedentes em 2019, na França. Apesar desse interesse crescente, as vantagens financeiras oferecidas às jogadoras de elite são irrisórias em comparação com as oferecidas aos homens. Essas estruturas de gênero no futebol – por exemplo, a Copa do Mundo masculina foi criada em 1930, e a feminina, apenas sessenta anos depois, em 1991 – promovem um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas no gênero dentro do domínio estrutural do poder da Fifa.

O domínio cultural do poder enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder. A Copa do Mundo da Fifa é um excelente exemplo de como o poder das ideias, representações e imagens em um mercado global normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às

desigualdades sociais. É significativo que a Copa do Mundo seja o evento esportivo mais assistido no mundo, superando até mesmo os Jogos Olímpicos. Por exemplo, a auditoria da Fifa na Copa do Mundo de 2018, na Rússia, revela que 1,12 bilhão de espectadores em todo o mundo assistiu à partida final. Ao longo dos jogos, 3,572 trilhões de espectadores – mais da metade da população mundial com quatro anos de idade ou mais – assistiram aos jogos pela TV em casa, em locais de transmissão pública, como bares e restaurantes, e por plataformas digitais. Do ponto de vista dos organizadores e financiadores da Fifa, a possibilidade de atingir esse enorme mercado global de fãs de esportes é ilimitada.

Dado o crescimento da mídia de massa e da mídia digital, é importante nos perguntar quais mensagens culturais sobre raça, gênero, classe, sexualidade e categorias semelhantes estão sendo transmitidas para esse vasto público global. Nesse caso, promover e televisionar partidas de futebol oferece uma visão do *fair play* que, por sua vez, explica a desigualdade social. Difundida em todo o mundo, a Copa do Mundo projeta ideias importantes sobre competição e *fair play*. Competições esportivas transmitem uma mensagem de grande influência: nem todos podem vencer. Aparentemente, isso faz sentido, mas por que alguns indivíduos e grupos *sempre* ganham enquanto outros sempre perdem? A Fifa tem respostas prontas. Quem vence tem talento, disciplina e sorte, enquanto quem perde carece de talento, disciplina e/ou sorte. Essa visão sugere que a competição justa produz resultados justos. Essa visão de mundo sobre quem vence e quem perde é apenas um passo para explicar a partir desse quadro as desigualdades sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como suas interseções.

Quais condições são necessárias para que esse quadro seja plausível? É aqui que se torna crucial a ideia do campo nivelado ou plano oferecido pelo futebol profissional e pelos esportes em geral. Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional. Fãs de futebol se indignariam se os campos de verdade fossem inclinados dessa maneira. No entanto, é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas

no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos.

O domínio cultural do poder ajuda a fabricar e disseminar essa narrativa de *fair play* que afirma que cada um de nós tem acesso igual às oportunidades nas instituições sociais; que a competição entre indivíduos ou grupos (equipes) é justa; e que os padrões resultantes de quem vence e quem perde são em grande medida justos. Esse mito do *fair play* não apenas legitima os resultados da natureza competitiva e repetitiva das principais competições esportivas do mundo, como a Copa e as Olimpíadas, mas também reforça as narrativas culturais sobre o capitalismo e o nacionalismo. Os espetáculos de mídia de massa reiteram a crença de que resultados desiguais entre quem vence e quem perde são normais dentro da competição do mercado capitalista. Eventos esportivos, concursos de beleza, *reality shows* e competições similares transmitem, com frequência, a ideia de que as relações de mercado do capitalismo são socialmente justas desde que haja *fair play*. Ao mostrar a competição entre nações, cidades, regiões e indivíduos, a mídia de massa reforça esse importante mito cultural. Desde que cumpram as regras e as equipes sejam boas, 195 nações ou mais podem, teoricamente, competir na Copa do Mundo da Fifa. No entanto, como os países ricos têm muito mais recursos que os pobres, uma pequena quantidade de Estados-nação pode participar com equipes masculinas e femininas, e um número ainda menor pode sediar a Copa do Mundo. Quando as seleções nacionais competem, as próprias nações competem, e o resultado da competição é explicado pelos mitos culturais.

Esses espetáculos de mídia de massa e eventos afins também apresentam roteiros importantes de gênero, raça, sexualidade e nação que trabalham juntos e se influenciam. A bravura dos atletas homens os assemelha a heróis de guerra em campos de batalha, enquanto a beleza, a graça e a virtude nos concursos de beleza representam a beleza, a graça e a virtude da nação. As mulheres atletas caminham sobre uma linha tênue entre essas duas visões de masculinidade e feminilidade que extraem seu significado dos entendimentos binários de gênero.

Por que esse mito do *fair play* perdura há tanto tempo? Como muitas pessoas apreciam eventos esportivos ou praticam esportes, muitas vezes os esportes servem de modelo para a igualdade e o *fair play*. O futebol é um esporte global que, teoricamente, pode ser jogado em qualquer lugar por qualquer pessoa. Em geral, crianças e jovens que jogam futebol amam o esporte. O futebol não exige aulas caras, campos bem cuidados nem calçados especiais. O futebol recreativo não requer nenhum equipamento ou treinamento específico, apenas uma bola e participantes em número suficiente para colocar duas equipes em campo. Comparado ao tênis, ao

futebol americano, à patinação no gelo ou ao esqui, o futebol parece criar muito menos barreiras entre indivíduos com talento para o esporte e acesso às oportunidades de praticá-lo.

A fanfarra em torno da Copa do Mundo é apenas uma pequena ponta desse *iceberg* que é a forma como o futebol se baseia em categorias de classe, gênero, raça e outras para moldar normas culturais de justiça e igualdade social. De atletas de elite a crianças pobres, jogadoras e jogadores de futebol querem estar em um campo de competição justo. Não importa como você chegou lá: o que importa, quando você está no campo, é o que você pode fazer. A metáfora esportiva de um campo plano fala do desejo de justiça e igualdade entre indivíduos. Para quem vence e para quem perde, esse esporte em equipe recompensa o talento individual, mas também revela a natureza da conquista coletiva. Quando jogado bem e desimpedido de suspeitas de arbitragem, o futebol recompensa o talento individual. Em um mundo caracterizado por tanta injustiça, esportes competitivos, como o futebol, tornam-se locais importantes para ver como as coisas deveriam ser. Os antecedentes de jogadoras e jogadores não devem importar quando elas e eles entram no gramado. O que importa é que jogam bem. Os espetáculos de mídia de massa podem parecer simples entretenimento, mas são essenciais para o bom funcionamento do domínio cultural do poder.

O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o *status quo*, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes. No futebol, o poder disciplinar entra em cena quando certos meninos e meninas são proibidos ou desencorajados de jogar, enquanto outros recebem treinamento de alto nível em instalações de primeira para aprimorar seus talentos. Muitos são simplesmente informados de que são do sexo errado ou não têm nenhuma capacidade. Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos.

No atletismo, as interseções de raça e nação são dimensões importantes do poder disciplinar. Por exemplo, a África do Sul, sede da Copa do Mundo de 2010, mostrou os obstáculos que os meninos africanos enfrentam para jogar profissionalmente. Sem oportunidades de treinamento, desenvolvimento e até de acesso a equipamentos básicos, os jovens africanos depositam suas esperanças nos clubes europeus. Para jogar em times do Reino Unido, da França, da Itália e da

Espanha, os clubes lhes oferecem salários iguais aos que os Estados Unidos oferecem no futebol, no basquete e no beisebol profissional. O aumento do número de africanos que jogam em grandes clubes europeus reflete o sonho desses jovens jogadores de ter uma carreira bem-sucedida. No entanto, a atração pelo futebol europeu também torna esses jovens vulneráveis à exploração de agentes inescrupulosos. O documentário da cineasta Mariana van Zeller, *Football's Lost Boys* [Meninos perdidos do futebol] (2010), detalha como milhares de jovens jogadores foram atraídos para longe de seus países de origem, famílias entregaram suas economias a agentes desonestos e, muitas vezes, esses jovens foram abandonados, sozinhos e sem dinheiro, num processo que se assemelha ao tráfico de pessoas.

A crescente diversidade racial/étnica dos times de elite femininos e masculinos da Europa que recrutam atletas na África, atletas de cor^[b] dos países mais pobres e das minorias imigrantes racializadas pode ajudar as seleções nacionais a vencer. Mas essa diversidade racial/étnica/nacional dos times de elite também transparece o problema do racismo no futebol europeu. A visível diversidade de integrantes das equipes supera assunções antigas sobre raça, etnia e identidade nacional. Quando a seleção da França derrotou a do Brasil na final da Copa do Mundo de 1998, a torcida francesa não viu a equipe como representativa da França, porque a maioria dos jogadores não era branca. Além disso, embora amem seus times, muitos torcedores brancos europeus, sejam homens, sejam mulheres, se sentem à vontade para assumir comportamentos racistas, como chamar atletas de origem africana de macaco, cantar canções com insultos raciais e levantar cartazes com linguagem racialmente depreciativa^[6].

As regras de gênero da Fifa também refletem o poder disciplinar de uma forma que leva a experiências significativamente diferentes para atletas de sexo masculino e feminino. Uma análise interseccional sugere que a convergência de classe e gênero se traduz em desigualdade de salário e oportunidades ao fim de uma carreira no futebol profissional. Além da divisão inicial entre atletas de sexo masculino e feminino, diferentes regras que definem a política da Fifa refletem suposições de gênero sobre a mulher e o esporte. Reconhecendo a disparidade de apoio ao futebol masculino e ao feminino, em 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, jogadoras dos Estados Unidos impetraram uma ação federal por discriminação de gênero contra a Federação de Futebol dos Estados Unidos (USSF, em inglês), o órgão nacional do esporte. Em documento jurídico oficial, a USSF negou conduta ilegal, atribuindo diferenças salariais de gênero a “diferenças na receita gerada pelas diferentes equipes e/ou qualquer outro fator que não seja o sexo”. Em outras palavras, sob a perspectiva da USSF, qualquer desigualdade econômica de gênero é

reflexo de estruturas de mercado e normas culturais que estão fora do alcance da Fifa, não de discriminação de gênero dentro da própria Fifa.

A luta pela igualdade de remuneração no futebol estadunidense atraiu uma atenção considerável, principalmente porque a equipe feminina sempre teve melhor desempenho que a equipe masculina, dentro de campo, na mídia e nas receitas. A equipe masculina não se classificou para a Copa do Mundo de 2018, enquanto a feminina venceu as copas de 2015 e 2019. A audiência da equipe feminina também superou a da masculina. Em 2015, cerca de 25 milhões de pessoas assistiram à vitória da equipe feminina na final da Copa do Mundo – naquele momento, uma audiência recorde em comparação com qualquer jogo de futebol nos Estados Unidos, e a vitória em 2019 quebrou de novo esse recorde. Porém, embora importantes, estruturas somente de gênero deixam escapar dimensões interseccionais da discriminação tanto de regras quanto de ferramentas para combater a injustiça social. Em 2019, a equipe feminina dos Estados Unidos ganhou menos que a masculina e tinha tanto o direito legal como os meios para entrar com uma ação. Em compensação, a Reggae Girlz da Jamaica, primeira seleção de futebol do Caribe a se classificar para a Copa do Mundo, teve dificuldades para arrecadar fundos a fim de participar dos jogos. Mas elas se saíram melhor que a seleção da Nigéria, a Super Falcons, que, apesar de ter vencido nove vezes a Copa da África, não recebeu nenhum pagamento. A Super Falcons é subfinanciada há muito tempo; as jogadoras protestaram em frente à casa do presidente da Nigéria e, por fim, receberam apoio financeiro para participar dos jogos.

Essas diferenças de gênero entre o futebol masculino e o feminino se interseccionam com diferenças de raça e classe nos jogos masculinos e femininos. As regras do futebol, por sua vez, determinam a classificação das equipes que disciplina as jogadoras e os jogadores a partir de expectativas diferenciadas. A classificação das equipes femininas está relacionada a raça e nação e, por consequência, aos diferentes níveis de apoio dado às mulheres atletas em países ricos e pobres. Apesar de ser um dos países mais ricos da África Continental, a África do Sul enviou sua primeira seleção feminina para a Copa do Mundo em 2019, juntando-se a Nigéria e Camarões como uma das três seleções africanas classificadas. Todas as três estavam nas últimas posições do *ranking* de equipes classificadas e perderam na primeira rodada para equipes que tinham mais apoio financeiro. As interseções de raça e gênero caracterizam tanto o futebol masculino como o feminino e têm importantes implicações financeiras para cada atleta.

O domínio interpessoal do poder refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda

identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber.

No caso da Copa do Mundo da Fifa, as identidades interseccionais são hipervisíveis em um cenário global. As novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) aumentaram a visibilidade e o escopo das identidades individuais: no caso da Fifa, oferecer competições esportivas planejadas para entreter e educar, mas também proporcionar uma janela para a vida das pessoas. Como todo mundo, os atletas da Fifa, sejam mulheres, sejam homens, têm de criar suas identidades nas relações interseccionais de poder. Além disso, a visibilidade dada aos corpos nessas competições esportivas significa que a natureza incorporada das identidades interseccionais está em constante exibição. Há muito em jogo no cultivo da imagem e da marca certas. A maneira pela qual atletas homens e mulheres lidam com sua identidade pode resultar em propagandas lucrativas, contratos como comentaristas esportivos e oportunidades para lucrar com sua excelência e visibilidade como treinadores e assistentes. Dado o escopo global e a forte presença da mídia de massa na Copa do Mundo da Fifa, jogadoras e jogadores precisam decidir individualmente não apenas como jogar, mas também como sua imagem pessoal, dentro e fora do campo, será recebida pelos fãs. Como sugerem os insultos e os comentários racistas no contexto europeu, torcedores podem ser inconstantes, torcendo por times que têm atletas de cor, mas atirando xingamentos raciais contra o time adversário. A mercantilização da identidade é um grande negócio.

Como o gênero é uma divisão social fundamental na vida cotidiana, o gerenciamento de identidades de masculinidade e feminilidade adquire importância mais que vital nessa área pública global. Independentemente do esporte, as mulheres enfrentaram uma batalha árdua para praticar esportes, fazê-lo em nível de elite e receber compensação equitativa por isso. Além do mais, como os esportes femininos rompem ostensivamente normas muito antigas de feminilidade, o tratamento dispensado às atletas nos esportes em que elas conseguiram estabelecer carreiras bem remuneradas, como é o caso do tênis feminino – ou salários dignos, como é o caso

do basquete feminino –, é um exemplo para as jogadoras de futebol na Copa do Mundo. No esporte feminino há tentativas constantes de controle do vestuário e da aparência das mulheres.

O tratamento dispensado às atletas que parecem violar as normas da feminilidade oferece uma oportunidade para analisarmos a questão mais ampla sobre como as atletas de elite lidam com a masculinidade e a feminilidade hegemônicas no esporte profissional. À medida que mais mulheres se tornam atletas profissionais, elas contestam cada vez mais as regras da heteronormatividade. Por exemplo, as estrelas do tênis Venus e Serena Williams se tornaram lenda quando desafiaram o código de vestimenta do tênis feminino, e ambas foram acusadas de serem excessivamente masculinas, porque jogam ostensivamente como homens. Nos primórdios da Associação Nacional de Basquete Feminino (WNBA, em inglês), as jogadoras da liga, na maioria negras, foram incentivadas a assumir uma feminilidade tradicional para combater as acusações de lesbiandade. As atletas faziam cabelo e maquiagem e levavam filhos ou filhas e parceiros aos jogos para sinalizar sua orientação sexual. Com o amadurecimento da liga, as jogadoras adotaram cada vez mais um estilo andrógino, mais afinado com as noções contemporâneas de fluidez de gênero.

Como indivíduos, atletas homens e mulheres da Fifa podem ter talento igual, aspirar às mesmas coisas ou defender valores semelhantes. No entanto, as normas da heteronormatividade estão intimamente ligadas a essas práticas disciplinares que determinam decisões individuais sobre identidade, masculinidade e feminilidade. Praticar um esporte de elite é uma coisa, ser aceito pelos fãs que financiam esse esporte é outra. A interseção entre identidade e experiências é reflexo dos jogos de poder que acontecem nos domínios estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais do poder, identidades que transparecem tanto nas interações sociais cotidianas como na imagem pública. No geral, o futebol profissional é não apenas um jogo, mas também um espaço rico para o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Desigualdade econômica: uma nova crise global?

Quando se trata de destacar a desigualdade econômica global como um importante problema social, 2014 foi um ano crucial. O 18º Congresso Mundial de Sociologia da Associação Internacional de Sociologia (ISA, em inglês) foi realizado em Yokohama, no Japão, com a participação de mais de 6 mil pessoas de todo o mundo. Em seu discurso como presidente da ISA^[7], Michael Burawoy, eminente acadêmico marxista, afirmou que a desigualdade era a questão mais premente de nosso tempo. Sugeriu que a crescente desigualdade global estimulou novos pensamentos não apenas na sociologia, mas também na economia e nas ciências sociais. Ele defendia a sociologia pública, a perspectiva de que as ferramentas sociológicas deveriam ser aplicadas a questões sociais importantes. Curiosamente, enfatizou a importância da eleição do papa Francisco em 2013. Como primeiro papa do Sul global, Francisco expressou um forte compromisso com o enfrentamento de questões relacionadas a desigualdade social, pobreza e justiça ambiental, inclusive definindo a desigualdade econômica como “a raiz do mal social”. Não é todo dia que um acadêmico marxista cita um papa antes de uma reunião internacional de cientistas sociais.

Em maio do mesmo ano, mais de 220 presidentes de empresas e investidores de 27 países se reuniram em Londres para a Conferência sobre Capitalismo Inclusivo. Como Nafeez Ahmed relatou em um artigo do jornal *The Guardian* de 28 de maio de 2014, os participantes se reuniram para discutir “a necessidade de uma forma mais socialmente responsável de capitalismo que beneficie a todos, não apenas uma minoria rica”. Representando as mais poderosas elites financeiras e empresariais, que tinham o controle de aproximadamente 30 trilhões de dólares em ativos líquidos, ou um terço do total global, esse grupo estava preocupado com “a ameaça capitalista ao capitalismo”, como afirmou o CEO da Unilever. A lista de celebridades convidadas para a conferência incluía o príncipe Charles, Bill Clinton, o diretor do Banco da Inglaterra e vários presidentes de empresas globais. Curiosamente, em seu discurso, Christine Lagarde, então diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez a mesma referência ao papa Francisco ao descrever o aumento da desigualdade como “a raiz do mal social”. Referindo-se à visão de Marx de que o capitalismo carrega as sementes de sua própria destruição, Lagarde afirmou que algo precisava ser feito. Novamente, não é todo dia que uma diretora-geral do FMI cita o papa e Marx perante a elite financeira global.

Desde a década de 1990, a desigualdade econômica em renda e riqueza cresceu exponencialmente, tanto nos Estados-nação quanto na esmagadora maioria dos países, afetando 70% da população mundial. E essa desigualdade econômica contribuiu para a desigualdade social mais ampla. Quase metade da riqueza do mundo, cerca de 110 trilhões de dólares, está nas mãos de apenas 1% da população mundial; esse pequeno grupo possui mais que os outros 99% juntos^[8]. Essa tendência sugere que, em 2014, o estado de desigualdade global era grave o suficiente para que fosse notado por pessoas que se opunham em muitas questões. Lagarde e Burawoy estavam preocupados com o impacto de uma economia global em transformação. Sob a liderança de Lagarde, o FMI ofereceu uma visão geral das causas e das soluções para a desigualdade social gerada por uma economia global em transformação. Como Burawoy, muitos sociólogos ofereciam havia muito uma avaliação crítica dessa visão dominante, apontando para as relações estruturais de poder. Até 2014, a crescente desigualdade social no mundo era tão significativa que os grupos tradicionais e críticos identificaram a desigualdade social global, em geral, e a desigualdade social econômica, em particular, como um problema social global.

Examinar as histórias específicas dos Estados-nação oferece diferentes ângulos de visão sobre as desigualdades econômicas globais. Por exemplo, se olharmos para o que acontece *entre* países, vemos que a desigualdade de renda global vem diminuindo desde meados da década de 1970, o que está relacionado ao crescimento econômico em países em rápido desenvolvimento, como Índia e China. No entanto, se olharmos para o que acontece *dentro* dos países, vemos que a desigualdade absoluta de renda aumentou drasticamente no mesmo período^[9]. Além disso, embora a desigualdade de renda tenha aumentado em quase todos os países desde meados da década de 1970 e início da década de 1980, existem variações regionais importantes. De acordo com o Relatório Mundial sobre Desigualdade (WIR, em inglês), a desigualdade de renda aumentou de forma exponencial na América do Norte, na China, na Índia e na Rússia e com moderação na Europa, mantendo-se relativamente estável em um nível extremamente alto no Oriente Médio, na África Subsaariana e no Brasil. De uma perspectiva histórica, observa o relatório, “esse aumento da desigualdade marca o fim de um regime igualitário pós-guerra que tomou diferentes formas nessas regiões”^[10].

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e

indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos a aposentadoria, benefícios relativos a saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais. As fábricas se deslocaram, deixando poucas oportunidades para quem não pode se dar ao luxo de se mudar. Muitas pessoas vêm de gerações familiares que se mantiveram pobres, porque não conseguem um salário decente que lhes garanta segurança de renda. A discriminação no mercado de trabalho, que empurra algumas pessoas a empregos de meio período e salários baixos, sem horas fixas e sem benefícios, ou que as torna estruturalmente desempregadas, também não incide da mesma maneira sobre os grupos sociais.

Da mesma forma, a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados. A estrutura racializada da diferença de riqueza foi bem documentada nos Estados Unidos, onde as disparidades entre pessoas brancas, negras e de origem latina bateram recordes^[11]. No entanto, a diferença de riqueza é não apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero. Em geral, a disparidade de riqueza é analisada através de lentes de raça ou gênero e, com exceções dignas de nota^[12], menos frequentemente através de lentes interseccionais de ambos. Medir a desigualdade econômica por dados sobre famílias, e não sobre indivíduos, ajuda a documentar a disparidade de riqueza entre famílias com diferenças raciais e explicita a situação de famílias chefiadas por mulheres solteiras de todas as raças. Análises

interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor^[13].

Segundo ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global. Tanto a economia neoclássica aceita nos Estados Unidos quanto o pensamento social marxista mais frequentemente encontrado no cenário europeu consideram classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. Ambas as explicações focadas somente na categoria de classe tratam raça, gênero, sexualidade, capacidade/deficiência e etnia como complementos secundários, isto é, como formas de descrever o sistema de classes com mais precisão. No entanto, ao sugerir que a desigualdade econômica não pode ser avaliada nem efetivamente resolvida apenas por meio da categoria de classe, as análises interseccionais propõem um mapa mais sofisticado da desigualdade social que vai além apenas da classe. A teórica feminista Zillah Eisenstein argumenta que classe e capitalismo são inerentemente interseccionais:

Quando ativistas dos direitos civis falam sobre raça, aprendem que precisam pensar também em classe. Quando as feministas antirracistas tratam dos problemas relativos ao racismo de gênero, também devem incluir classe. Portanto [...] ao formular a desigualdade de classe, devemos ter em vista também raça e gênero. *O capital é interseccional*. Ele sempre intersecciona os corpos que produzem o trabalho. Logo, o acúmulo de riqueza está incorporado nas estruturas racializadas e engendradas que o aumentam.^[14]

Postular que as configurações contemporâneas de capital global que alimentam e sustentam as crescentes desigualdades sociais se referem à exploração de classes, ao racismo, ao sexismo e a outros sistemas de poder promove um repensar nas categorias usadas para entender a desigualdade econômica. Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica.

Terceiro ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica revela como as políticas públicas diferenciais dos Estados-nação contribuem para reduzir ou agravar a crescente desigualdade global. O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo crescimento dos Estados de bem-estar social em certos contextos nacionais e por sua ausência em outros – e, mais recentemente, por seu desmantelamento. Existem muitas variações de Estados e políticas – por exemplo, políticas públicas de países da antiga União Soviética que seguiram caminhos diferentes para a igualdade social ou colônias que se tornaram países –, mas aqui vamos nos concentrar na social-democracia e no neoliberalismo como termos abreviados para conjuntos de ideias ou filosofias muito mais amplas que tiveram e,

aparentemente, continuarão a ter uma influência importante nas políticas públicas dos Estados-nação. Essas estruturas intelectuais abrangentes de social-democracia e neoliberalismo moldam as políticas públicas dos Estados-nação, bem como o entendimento que um tem do outro. Elas também diferem em aspectos importantes ao interpretar a desigualdade social.

Com base nos princípios da social-democracia, as políticas de bem-estar social se esforçam para proteger os interesses da população. Como filosofia, a social-democracia se baseia na crença de que as instituições democráticas florescem melhor quando veem a proteção do bem-estar social de todas as pessoas como parte de seu encargo. Nesse sentido, a democracia participativa é um forte pilar da social-democracia porque pressupõe que a promoção da ampla participação dos cidadãos de ambos os sexos e o acesso justo aos processos de tomada de decisão do Estado de bem-estar social fortalecem as instituições democráticas. Desemprego, pobreza, discriminação racial e de gênero, falta de moradia, analfabetismo, saúde precária e problemas sociais semelhantes constituem ameaças ao bem público quando permanecem sem solução. Para enfrentar esses desafios, os Estados de bem-estar social buscam promover o bem-estar da população criando várias combinações de agências que regulam o fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água etc., investindo em infraestrutura pública e serviços básicos e fornecendo serviços diretamente. Por exemplo, nos Estados Unidos, há muito tempo segurança ambiental e segurança alimentar são prerrogativas do governo federal, pois se acredita que, para proteger a todos, as indústrias que poluem a água e o ar, bem como os frigoríficos, exigem um regime regulatório justo, porém vigilante. As políticas de bem-estar social preveem uma série de projetos, inclusive financiamento escolar, de rodovias e transporte público, além de programas destinados a idosos, crianças, pobres, pessoas com deficiência, desempregadas ou que necessitem de assistência. No geral, a ideia básica é que proteger os cidadãos de ambos os sexos e agir em nome do bem público constituem os valores fundamentais da social-democracia, e Estados de bem-estar social fortes exigem democracia participativa.

Já as políticas neoliberais têm uma visão diferente do papel do Estado na promoção do bem-estar da população. Como filosofia, o neoliberalismo se fundamenta na crença de que o mercado, por si só, é mais capaz que os governos de produzir resultados econômicos justos, sensíveis e bons para todos. As práticas estatais associadas ao neoliberalismo diferem drasticamente das práticas dos Estados de bem-estar social. Primeiro, o neoliberalismo promove a crescente privatização de programas e instituições governamentais, como escolas, prisões, sistema de saúde, transporte e forças armadas. Sob a lógica da ideologia neoliberal, empresas privadas

que respondem às forças do mercado, não à supervisão democrática de cidadãos e cidadãos, podem, potencialmente, fornecer serviços menos dispendiosos e mais eficientes que o funcionalismo público. Segundo, a lógica do neoliberalismo defende a redução e, em alguns casos, a eliminação do Estado de bem-estar social. A rede de segurança fornecida pela assistência governamental às pessoas pobres, desempregadas, com deficiência, idosas e jovens é reformulada como um gasto desnecessário, típico de governos irresponsáveis. Terceiro, a lógica neoliberal afirma que menos regulamentação econômica e mais comércio livre de restrições protegem os empregos. Essa ausência de regulamentação e entidades do tipo dos sindicatos deve produzir mais rentabilidade para algumas empresas e levar à criação de mais empregos. Por fim, o neoliberalismo postula uma forma de individualismo que rejeita a noção de bem público. Pela lógica neoliberal, cada um é responsável por seus problemas: a resolução dos problemas sociais se resume à autoconfiança dos indivíduos^[15].

A relação entre neoliberalismo e social-democracia é difícil. Filosofias neoliberais têm sido usadas para lançar ataques sustentados contra programas públicos implementados para combater a desigualdade social. Os efeitos vêm causando diminuição do financiamento de instituições públicas de todos os tipos, incluindo escolas, assistência médica, moradia e transporte. A filosofia do neoliberalismo previa que esses cortes não promoveriam a desigualdade social; ao contrário, poderiam reduzi-la. No entanto, desde a década de 1980, como mostra o crescimento exponencial tanto da renda quanto da disparidade de riqueza das nações, o resultado das políticas neoliberais é exatamente o oposto. Os Estados democráticos que adotaram políticas neoliberais identificam o Estado forte não como solução para a desigualdade social, mas como uma de suas causas. Seguindo o princípio econômico do gotejamento, que afirma que cortes de impostos de empresas e gente rica estimulam os investimentos no curto prazo e beneficiam a sociedade como um todo no longo prazo, essas políticas desejam menos interferência do governo no mercado, supondo que as políticas neoliberais reduzirão a desigualdade social, expandindo o mercado e oferecendo mais oportunidades a todos. A desigualdade social global cresceu ao mesmo tempo que o Estado social-democrata enfraqueceu.

Cada vez mais os Estados-nação sociais-democratas que tentam remediar a desigualdade social adotando políticas econômicas neoliberais enfrentam sérios desafios, entre eles o surgimento do populismo de extrema direita. Por um lado, não implementar políticas inspiradas no neoliberalismo pode tornar o Estado menos competitivo no mercado global. Tornar as indústrias mais competitivas no mercado

global por meio de automação e inteligência artificial, recepção e exportação de empregos resulta em aumento da lucratividade das empresas. Indústria 4.0 é o nome que se dá à atual tendência de automação e troca de dados em tecnologias de fabricação. Abrange sistemas ciberfísicos, internet das coisas, computação em nuvem e computação cognitiva. Isso terá um impacto cada vez maior sobre a competição econômica global entre Estados e entre cidades. No entanto, essas políticas podem agravar a desigualdade econômica, fazendo com que pessoas que se sentem abandonadas aticem as chamas do populismo de direita.

Por outro lado, como discutiremos no capítulo 5, a implementação de políticas públicas neoliberais como solução para a desigualdade pode promover agitação social. O desenvolvimento econômico do Estado-nação não reduz necessariamente a desigualdade econômica. Essas mesmas estratégias eliminam empregos e suprimem salários, deixando fábricas fechadas e membros da classe trabalhadora sem emprego e instigando seriamente o potencial de agitação social. A experiência do Brasil como anfitrião da Copa do Mundo da Fifa de 2014 revela as tensões que distinguem um Estado-nação que buscava equilibrar as políticas de bem-estar social com as aspirações neoliberais. O dinheiro gasto com os preparativos para o evento pode ter favorecido a imagem do Brasil na arena global, mas, ao mesmo tempo, provocou fortes protestos contra os gastos excedentes e a corrupção. Ironicamente, também levou à ascensão de um populista de extrema direita nas eleições de 2018.

A análise interseccional lança luz sobre os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes. No entanto, o foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. Pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, conseqüentemente, têm menos a perder e mais a ganhar. Pessoas que suportam o peso dos poucos benefícios dos Estados de bem-estar social ou das políticas neoliberais de mercado podem ter mais esperança que servidoras e servidores públicos em relação às possibilidades da social-democracia. Inspirando-se no papa Francisco, também podem ver a crescente desigualdade econômica, bem como as forças sociais que a causam, como “a raiz do mal social”, mas se recusam a cruzar passivamente os braços enquanto assistem à desigualdade social destruir sua vida. Sem esperança de mudança, protestos e movimentos sociais são inviabilizados.

O movimento das mulheres negras no Brasil

Mais de mil mulheres negras e pessoas aliadas participaram da sétima edição do Festival Latinidades, evento anual de afro-latinas e afro-caribenhas realizado em Brasília. Sendo o maior festival de mulheres negras da América Latina, o evento de 2014 estava programado para coincidir com o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. O Latinidades não é um festival comum. Várias décadas de ativismo de mulheres negras no Brasil criaram o espaço político, social e artístico para esse evento dedicado às questões e necessidades das mulheres negras no Brasil especificamente, mas também das afro-latinas e afro-caribenhas de forma geral.

Em 1975, no início da Década das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou atenção para como a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade. Durante essa década, as feministas brancas permaneceram indiferentes ou incapazes de abordar as preocupações das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas feministas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras. Essa luta é ainda mais notável quando se sabe que ocorreu sob o regime militar no Brasil (1964-1985) e precedeu o entendimento contemporâneo da interseccionalidade.

A política nacional brasileira sobre raça e democracia combatia esse ativismo. O Brasil alegou oficialmente não ter “raças”, posição que se baseava no modo como o governo abordava as estatísticas raciais. Sem categorias raciais, o Brasil oficialmente não tinha “raças” nem negros como grupo “racial” socialmente reconhecido. Ironicamente, o mito da identidade nacional brasileira apagou a raça para construir uma filosofia de democracia racial em que ser brasileiro substituiu outras identidades, como as de raça. Em essência, ao apagar a categoria política de raça, o discurso nacional da democracia racial eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetavam a vida das pessoas negras brasileiras. Esse apagamento da “negritude” como categoria política permitiu que práticas discriminatórias contra pessoas manifestamente de ascendência africana ocorressem em áreas como educação e emprego, porque não havia termos oficialmente reconhecidos para descrever a discriminação racial nem recursos oficiais para remediá-la^[16]. A imagem de identidade nacional que o Brasil cultivava postulava que o racismo não existia e que a cor carece de significado, exceto quando celebrada

como uma dimensão do orgulho nacional. Essa identidade nacional não surgiu por acidente nem significou que pessoas de ascendência africana acreditavam nela. As mulheres de ascendência africana possivelmente constituíam um segmento visível e considerável da sociedade brasileira; no entanto, em um Brasil que ostensivamente não possuía raça, as mulheres negras não existiam como categoria de população oficialmente reconhecida. As mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras.

As constantes críticas das feministas negras à democracia racial e a defesa das necessidades das mulheres negras forneceram a base para a nova geração de ativistas organizar o Festival Latinidades. Esses laços intergeracionais dentro do movimento social permitiram às negras mais jovens lançar luz sobre as conexões entre gênero, raça e classe expostas inicialmente pelas redes intergeracionais de ativistas feministas negras. Nesse contexto, o propósito expresso do Festival Latinidades de promover a “igualdade racial e combater o racismo e o sexismo” deu continuidade ao legado da geração anterior e mostrou o uso da interseccionalidade como categoria analítica no feminismo afro-brasileiro. Por exemplo, Conceição Evaristo, escritora afro-brasileira e professora de literatura brasileira, participou do festival. Seu romance *Ponciá Vicêncio*, um marco na literatura das mulheres negras brasileiras, ainda hoje é um clássico quando se examinam os desafios e a criatividade de uma negra comum diante das múltiplas expressões de opressão que enfrenta^[17]. A presença de Evaristo significou tanto a sinergia das artes, do ativismo e do trabalho acadêmico entre as feministas afro-brasileiras quanto a importância do engajamento político e intelectual intergeracional para o movimento das mulheres negras no Brasil.

O festival uniu uma série de relações que são vistas em geral como separadas. Como no caso da interseccionalidade, o evento recebeu pessoas de todas as esferas da vida. Lideranças comunitárias, docentes universitários, estudantes de pós-graduação, mães e pais, artistas, professores e professoras e estudantes de ensino médio, representantes de escolas de samba, servidoras e servidores públicos, amantes da música e outros viajaram a Brasília para participar do Festival Latinidades. O festival tem como foco as mulheres de ascendência africana, mas também participaram muitos homens e membros de diversos grupos raciais/étnicos de todas as partes e regiões do Brasil, bem como da Costa Rica, do Equador e de outras nações da América Latina e do Caribe. Essa heterogeneidade transregional e transnacional permitiu às participantes compartilhar estratégias para enfrentar os efeitos do racismo e do sexismo sobre as afro-latinas.

Porém, o aspecto inclusivo do festival também trouxe à tona uma compreensão abrangente da interseccionalidade que reflete a sinergia do trabalho intelectual e ativista. As tradições do ativismo das mulheres negras moldam tanto suas reuniões como seus eventos especiais. O Festival Latinidades não tratou apenas da necessidade de relação entre as divisões sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade e capacidade; ele também promoveu oportunidades para que essas relações se estabelecessem. Lideranças comunitárias se aproximaram de pessoas do meio acadêmico, assim como jovens se aproximaram de pessoas idosas reverenciadas. Por exemplo, o discurso de abertura do evento, proferido por Angela Davis, levantou a plateia, muitas pessoas ergueram os punhos como na saudação Black Power. O festival também teve tempo para uma reunião de planejamento a fim de informar as participantes sobre a Marcha das Mulheres Negras que seria realizada no Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo [13 de maio]. Outra vertente da programação enfatizou a importância das tradições culturais diaspóricas africanas, principalmente no Brasil. Escritoras e escritores, artistas, ativistas e integrantes da academia aprenderam uns com os outros. De conteúdo de aulas acadêmicas a oficinas sobre estética e beleza negra para meninas, aulas sobre a arte dos turbantes e suas conexões com a beleza negra, capoeira e cerimônia de plantio de mudas de baobá sagrado, o Festival Latinidades vê a cultura como uma dimensão importante da vida das afro-latinas e afro-caribenhas. Depois de dois dias intensos de oficinas, palestras e filmes, participantes do festival saíram do museu e ocuparam a ampla praça em frente para desfrutar de duas noites de música ao vivo. O Festival Latinidades gerou muito trabalho e muita diversão.

O uso que o Festival Latinidades fez da interseccionalidade como ferramenta analítica para estruturar a conferência ilustra questões mais amplas ligadas ao fato de que o compromisso de longa data das afro-brasileiras de desafiar o racismo e o sexismo é reflexo do contexto social específico de suas experiências. Não obstante, o mito da democracia racial e a história específica do Brasil, com escravidão, colonialismo, ditadura e instituições democráticas, moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça, gênero e sexualidade. Encontros sexuais, consensuais e forçados, entre populações de ascendência africana, indígena e europeia geraram um povo com variadas texturas de cabelo, cores de pele, formas físicas e cores de olhos, além de uma série de termos complexos e historicamente voláteis para descrever as misturas resultantes. A cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais. Como destaca Kia Caldwell,

a popular imagem do Brasil como um país carnavalesco, um paraíso tropical, tem desempenhado papel central nas construções contemporâneas de identidade social das mulheres mulatas. A reputação internacional do Brasil como democracia racial está intimamente ligada à objetificação sexual de mulheres de origem racial mista como a essência da brasilidade.^[18]

Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas e, frequentemente, como trabalhadoras assexuais ou, ao contrário, como prostitutas^[19]. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais.

A estrutura interseccional de construção mútua de categorias de identidade permitiu que as afro-brasileiras desenvolvessem uma política identitária. Nesse caso, elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade. O espaço político criado pela reinstalação da democracia no fim da década de 1980 beneficiou tanto as mulheres como a população negra. No entanto, houve uma diferença significativa entre os dois grupos. Em um ambiente em que os direitos das mulheres englobavam apenas as necessidades das mulheres brancas e a população negra vivenciava um racismo antinegro sob uma suposta democracia racial, as afro-brasileiras recebiam um tratamento diferenciado tanto no movimento feminista quanto no movimento negro. Obviamente, mulheres e homens tiveram experiências diferentes na sociedade brasileira – não havia necessidade de advogar pela integridade das categorias em si. No entanto, a constituição do movimento de mulheres, mesmo em torno de um tema tão inequívoco quanto a “mulher”, foi influenciada por outras categorias. Como as mulheres das classes alta e média eram vitais para o movimento feminista, as demandas políticas foram moldadas por um *status* marcado pela categoria de classe, não marcado ainda pela categoria de raça (pois a maioria era branca). O sucesso da eleição de mulheres para cargos políticos no Brasil é reflexo das alianças entre mulheres de todas as classes sociais. Com a notável exceção de Benedita da Silva, primeira mulher negra eleita para a Câmara dos Deputados (1986) e para o Senado (1994), o feminismo levantou questões de gênero e sexualidade, mas de maneira que não envolvia a questão do racismo antinegro, tão importante para as afro-brasileiras.

Diferentemente das brasileiras brancas, a população brasileira negra de todos os sexos e gêneros teve de criar uma identidade política coletiva como “negra” para

construir um movimento social antirracista que mostrasse os efeitos do racismo antinegro. A escravidão transatlântica legou ao Brasil uma grande população de ascendência africana – 50% da população brasileira, segundo estimativas. Quem reivindicava uma identidade “negra” parecia contradizer a identidade nacional da democracia racial e, portanto, arriscava-se a acusações de desonestidade e contestações de sua plena nacionalidade. Nesse sentido, o movimento negro que surgiu nos anos 1990 não exigiu tratamento igual para um grupo já reconhecido no interior do Estado democrático. Pelo contrário, tal reconhecimento significava nomear um segmento considerável da população e reconhecer que este sofria discriminação racial antinegra^[20].

Nem o feminismo brasileiro, liderado por mulheres que eram sobretudo ricas e brancas, nem o movimento negro, que estava ativamente engajado em reivindicar uma identidade negra coletiva que identificava o racismo como uma força social, poderiam por si sós abordar de maneira adequada as questões das afro-brasileiras. Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população negra possuíam formas específicas de gênero. De fato, as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. A história da análise de classes no Brasil, que via o capitalismo e os direitos da classe trabalhadora como forças importantes na formação da desigualdade, abriu espaço para indivíduos excepcionais, como Benedita da Silva. No entanto, quando se tratava de raça como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam pressão similar para subordinar suas preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe. Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimentos da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio.

Dar um passo atrás para ver as ideias e as ações das mulheres negras brasileiras mostra como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento politizado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização^[21]. Por exemplo, quando as trabalhadoras domésticas negras se organizaram, ficou nítido que as mulheres de ascendência africana eram desproporcionalmente representadas nessa categoria ocupacional. Nem todas as trabalhadoras domésticas eram “negras”, mas essa

categoria de emprego estava intimamente associada às mulheres negras. As afro-brasileiras eram mais vulneráveis à violência, sobretudo as que moravam em favelas e faziam trabalho doméstico. Inspiradas nos laços culturais com a diáspora africana, as ativistas negras também consideraram importante para a ação política seu papel como mães e mães de criação. As mulheres de ascendência africana sabiam, por experiência pessoal, que faziam parte de um grupo que compartilhava certas experiências coletivas. Eram desproporcionalmente representadas no trabalho doméstico. Sua imagem foi aviltada na cultura popular. Eram alvo desproporcional de violência misógina. Eram mães que não tinham recursos para criar seus filhos como gostariam, mas tinham laços com o valor atribuído à maternidade na diáspora africana. No entanto, porque careciam de uma identidade política e análises complementares para se apegar a essas experiências, não conseguiram articular uma política identitária coletiva para expressar suas preocupações. Nenhum de seus aliados mais próximos – homens negros no movimento negro, ou mulheres brancas no movimento feminista, ou socialistas nas organizações que defendiam os direitos da classe trabalhadora – defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas^[22].

O Festival Latinidades foi um marco na longa luta para que raça, gênero, classe, nação e sexualidade fossem reconhecidos como aspectos multidimensionais construtivos da vida das afro-brasileiras. Foi, ao mesmo tempo, uma celebração e um compromisso de continuação da luta. No entanto, como sugere a morte prematura de Marielle Franco (1979-2018), a construção de um movimento de mulheres afro-brasileiras não é fácil, tampouco chegou ao fim. Marielle era uma mulher negra e bissexual que cresceu em uma favela do Rio de Janeiro. Foi uma das ativistas e políticas mais sinceras de sua geração no Brasil. Eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2016, presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres e condenou ferozmente os assassinatos cometidos por policiais e a violência policial contra as mulheres. A forte capacidade de mobilização popular e a presença na mídia social fizeram dela uma defensora altamente eficaz dos direitos de mulheres negras, jovens e LGBTQs. O assassinato político de Marielle Franco fez dela um ícone da resistência democrática e da luta pela justiça social no Brasil e no exterior. Defensora dos direitos humanos, sua vida e sua morte nos lembram a importância da interseccionalidade para os movimentos de justiça social.

Principais ideias das estruturas interseccionais

Nossos três usos da interseccionalidade como ferramenta analítica – a saber, como a Copa do Mundo da Fifa ilustra as relações de poder interseccionais; o crescente reconhecimento da desigualdade econômica como um problema social global; e como a interseccionalidade se manifestou no movimento das mulheres negras no Brasil – podem parecer bem diferentes um do outro. Porém, juntos eles elucidam seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Assim como esses temas reaparecem dentro da própria interseccionalidade, embora de formas diferentes, eles se repetem de diversas maneiras ao longo deste livro. Apresentados brevemente aqui, nós os desenvolveremos em capítulos futuros e retornaremos a eles no capítulo 8.

Primeiro, cada um dos três casos discutidos ilustra análises interseccionais de *desigualdade social*, embora a partir de pontos de vista muito diferentes. O caso da Copa do Mundo de Futebol da Fifa contrasta a representação da justiça dentro de campo com as desigualdades sociais de gênero, raça, nação e classe que caracterizam as práticas da Fifa. Por outro lado, o caso da atenção que a crescente desigualdade global despertou na ISA e na Conferência sobre Capitalismo Inclusivo ilustra como a interseccionalidade pode fornecer explicações diferentes para a desigualdade econômica. As filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, ao moldar políticas públicas, têm efeitos importantes sobre a desigualdade econômica que caracteriza a desigualdade social. O movimento de mulheres afro-brasileiras mostra que os movimentos sociais constituem importantes respostas políticas aos padrões nacionais de desigualdade social, no caso em questão, as interseções de racismo, sexismo, exploração de classe e identidade nacional. A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.

Segundo, esses casos destacam diferentes dimensões de *relações de poder interseccionais*, bem como as respostas políticas que se dão a elas. O caso da Copa do Mundo da Fifa ilustra como as relações de poder interseccionais são organizadas e operam em uma instituição social em que a ideologia do *fair play* mascara diferenças

significativas de poder. Esse caso mostra que as relações de poder interseccionais devem ser analisadas por meio de interseções específicas – por exemplo, racismo e sexismo, ou capitalismo e heterossexismo –, bem como entre domínios de poder – a saber, estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. O caso da desigualdade social global mostra que as estruturas interseccionais que levam em consideração as relações de poder, principalmente aquelas que analisam como o poder do Estado-nação trabalha com diferentes filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, levantam novas questões sobre desigualdade social global. Por outro lado, o movimento das mulheres afro-brasileiras revela como as pessoas comuns se organizam para se opor às relações de poder que as prejudicam. Ao examinar como as mulheres negras no Brasil se organizaram para resistir às múltiplas formas de desigualdade social, o ativismo delas mostra como o engajamento de movimentos sociais comunitários e movimentos sociais de base gerou análises e práticas interseccionais.

Esses casos iluminam um terceiro tema central da análise interseccional, a saber, a importância de examinar as relações de poder interseccionais dentro de um *contexto social*. Como analisar a interseccionalidade em um contexto social global é um tema forte deste livro, selecionamos casos que oferecem diferentes lentes sobre a interseccionalidade em um contexto global, tomando o cuidado de destacar contextos nacionais e contextos particulares dentro deles. A contextualização é especialmente importante para projetos interseccionais produzidos no Sul global. Assim como as atletas da África do Sul, Jamaica e Nigéria enfrentaram obstáculos para participar da Copa do Mundo da Fifa, acadêmicos e ativistas de ambos os sexos que trabalham em Estados-nação do Sul global enfrentam dificuldades para alcançar públicos mais amplos. Selecionamos o caso do movimento das mulheres negras no Brasil para ilustrar quantas das ideias mais proeminentes da interseccionalidade refletem preocupações específicas de um grupo em contextos sociais específicos – nesse caso, mulheres negras no Estado-nação brasileiro com uma história de escravidão e colonialismo. Assim como o feminismo afro-brasileiro situa a interseccionalidade em um contexto brasileiro, outras expressões de interseccionalidade exigem uma contextualização semelhante. A análise da Copa do Mundo examinou os contornos globais das relações de poder interseccionais. A análise do crescente reconhecimento da desigualdade econômica global enfatiza a importância das políticas dos Estados-nação e dos contextos sociais das instituições governamentais.

Quarto, esses casos mostram como a *relacionalidade* afeta todos os aspectos da interseccionalidade. A relacionalidade abrange uma estrutura analítica que muda o

foco da oposição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões. A relacionalidade assume várias formas dentro da interseccionalidade e é encontrada em termos como “coalizão”, “solidariedade”, “diálogo”, “conversa”, “interação” e “transação”. Porém, a terminologia é menos importante que enxergar como essa mudança de perspectiva com relação à relacionalidade abre novas possibilidades para a investigação e a práxis da interseccionalidade. Por exemplo, em relação à investigação, o caso da desigualdade econômica global ilustra como argumentos somente de classe podem ser insuficientes para explicar a desigualdade social global e quais análises interseccionais que examinam relações entre classe, raça, gênero e idade podem ser mais valiosas. Da mesma forma, em relação à práxis, o movimento de mulheres afro-brasileiras ilustra como a interseccionalidade emergiu na construção de coalizões para um movimento social intergeracional.

Quinto, esses casos revelam a *complexidade* da análise interseccional crítica. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica é difícil, precisamente porque a própria interseccionalidade é multifacetada. Como visa a entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas. Em vez de proclamar que a complexidade é importante, nossa intenção é demonstrar, por uma seleção de casos, essa natureza multifacetada da interseccionalidade. Cada um desses casos é uma versão altamente abreviada de um argumento interseccional bem mais complexo. Partimos de uma instituição social conhecida (Fifa), um importante problema social (desigualdade social) ou um fenômeno político aparentemente invisível (movimento de mulheres negras), mas devemos incorporar níveis de análise cada vez mais complexos. Interseções de raça e gênero podem apontar para a necessidade de uma análise de classes ou interseções de nação e sexualidade podem indicar a necessidade de outras categorias de análise. Tal complexidade não facilita a vida de ninguém. Ela complica o trabalho e pode ser uma fonte de frustração para acadêmicos, profissionais e ativistas de ambos os sexos. No entanto, a complexidade não é consequência do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mas algo que aprofunda a análise interseccional.

Por fim, certo compromisso com a *justiça social* influenciou historicamente grande parte da investigação e da práxis críticas da interseccionalidade. Selecionamos esses casos para apresentar a interseccionalidade, pois todos demonstram como seu uso enquanto ferramenta analítica crítica está conectado a um *éthos* da justiça social. O que faz com que um projeto seja interseccional *crítico* é sua conexão com a justiça social. Por exemplo, nossa análise da desigualdade

econômica global ilustra como a promoção da justiça social requer análises complexas da desigualdade econômica global.

No entanto, como os laços da interseccionalidade com a justiça social podem não ser evidentes, a necessidade de seguir uma agenda de justiça social como uma dimensão essencial da interseccionalidade é controversa. Muitas pessoas acreditam que os ideais sociais, como a crença na meritocracia, na justiça e na realidade da democracia, já foram alcançados. Para elas, não há crise global de desigualdade social, porque a desigualdade econômica é o resultado de uma competição justa e de instituições democráticas em pleno funcionamento. A desigualdade social pode existir mesmo não sendo socialmente injusta. Nossos casos desafiam essa visão, sugerindo que a Fifa reproduz a desigualdade social de maneiras que não são justas nem honestas. A justiça social é ilusória em sociedades desiguais, nas quais as regras podem parecer justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil. A justiça social também é ilusória onde aparentemente as regras são aplicadas de maneira igual a todos, mas ainda assim produzem resultados desiguais e injustos: nas social-democracias e nos Estados-nação neoliberais, todos podem ter o “direito” de votar, mas nem todos têm igual acesso para fazê-lo, e os votos têm pesos diferentes.

Nosso objetivo neste livro é democratizar a rica e crescente literatura sobre a interseccionalidade – não presumindo que apenas estudantes de origem afro-americana se interessem pela história negra ou que só jovens LGBTQ tenham interesse nos estudos *queer*, tampouco que a interseccionalidade seja destinada apenas a um segmento da população. Ao contrário, convidamos leitoras e leitores a usar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para examinar uma variedade de tópicos, como os que são discutidos aqui. Neste capítulo, apresentamos algumas das principais ideias sobre a interseccionalidade usando ela própria como ferramenta analítica. Nos capítulos 2 e 3, examinaremos mais detidamente a estrutura analítica da interseccionalidade, apresentaremos a distinção da interseccionalidade como forma de investigação e como práxis e identificaremos o surgimento dessas ideias. Nos capítulos 4 e 5, voltaremos ao uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mostrando sua utilidade na análise de fenômenos globais – em especial os fenômenos relacionados a direitos humanos, direitos reprodutivos, mídia digital, protesto social global e políticas estatais neoliberais. Nos capítulos 6 e 7, abordaremos a política identitária e a educação crítica como duas questões importantes que moldaram a interseccionalidade como discurso. Nosso capítulo final revisita o desafio que é usar a interseccionalidade como ferramenta analítica, bem como as formas variadas que seus principais temas –

a saber, a desigualdade social, a relacionalidade, o poder, o contexto social, a complexidade e a justiça social – podem assumir.

[a] Adivasi é uma pequena população aborígine da Índia. (N. T.)

[1] Deepika Sarma, “Six Reasons Every Indian Feminist Must Remember Savitribai Phule”, *The Ladies Finger*, 5 jan. 2015.

[2] Sumi Cho, Kimberlé Williams Crenshaw e Leslie McCall, “Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis”, *Signs*, v. 38, n. 4, 2013, p. 795.

[3] Manuel Castells, *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age* (2. ed. Cambridge, Polity, 2015), p. 232 [ed. bras.: *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, trad. Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar, 2013].

[4] Jonathan Watts, “Anti-World Cup Protests in Brazilian Cities Mark Countdown to Kick-off”, *The Guardian*, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/football/2014/jun/12/anti-world-cup-protests-brazilian-cities-sao-paulo-rio-de-janeiro>>; acesso em: jun. 2020.

[5] À parte os problemas legais da Fifa, os negócios da Copa do Mundo vão muito além dos jogos em si. Segundo o escopo das pessoas indiciadas, a Copa do Mundo converge indústrias globais cada vez mais importantes: esportes e entretenimento, telecomunicações, turismo e tudo o que a organização e a montagem do evento implicam. Por exemplo, a bola oficial aprovada pela Fifa para a Copa do Mundo de 2014, Adidas Brazuca, com preço de 160 dólares, foi produzida na fábrica Forward Sports, em Sialkot (Paquistão), por mulheres paquistanesas (representando 90% da força de trabalho). Cada uma dessas trabalhadoras ganhava menos de cem dólares por mês. Após vender 13 milhões de bolas oficiais da Copa do Mundo em 2010, a Adidas faturou centenas de milhões de dólares.

[b] No contexto estadunidense, *person of color* [pessoa de cor] é qualquer pessoa racializada, incluindo, por exemplo, indígenas. A expressão não tem conotação pejorativa e é adotada neste livro. (N. E.)

[6] Em certa ocasião, torcedores poloneses jogaram bananas em um jogador de futebol nigeriano. A torcida não é o único problema – também há insultos raciais entre a equipe. Por exemplo, na Copa do Mundo de 2006, o francês Zinedine Zidane, três vezes vencedor do prêmio da Fifa de melhor jogador do mundo, transgrediu uma regra do *fair play* ao dar uma cabeçada no tórax do italiano Marco Materazzi. Zidane, filho de imigrantes argelinos, relatou que Materazzi o havia agredido com insultos racistas e sexistas contra sua mãe e sua irmã. Materazzi foi mantido em campo, enquanto Zidane foi expulso daquela que seria sua última partida em uma Copa do Mundo.

[7] Michael Burawoy, “2004 Presidential Address: For Public Sociology”, *American Sociological Review*, v. 70, 2005, p. 4-28.

[8] Oxfam, *Wealth: Having It All and Wanting More*, Oxfam International Research Report, 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/wealth-having-it-all-and-wanting-more-338125>>; acesso em: jun. 2020. Apesar da crise financeira global de 2008, em 2014 o 1% mais rico aumentou sua parte na riqueza do mundo – passou de 44% em 2009 para 48% em 2014. Nos Estados Unidos, o 1% mais rico ficou com 95% do crescimento gerado após a crise financeira de 2009, enquanto os 90% restantes ficaram mais pobres. Em 2013, a riqueza somada das 85 pessoas mais ricas do mundo era igual à riqueza total da metade

mais pobre da população mundial, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas (Oxfam, *Working for the Few: Political Capture and Economic Inequality*, 178 Oxfam Briefing Paper, 20 jan. 2014). Mais recentemente, essas tendências não mostraram sinais de inversão. Em 2018, a riqueza dos bilionários do mundo cresceu 900 bilhões de dólares, um crescimento de 2,5 bilhões de dólares por dia. Em contraste, o progresso no combate à pobreza extrema, que o Banco Mundial define como uma renda de 1,90 dólar por pessoa por dia, desacelerou (Oxfam, *Public Good or Private Wealth?*, Oxfam Briefing Paper, 21 jan. 2019).

[9] United Nations University (UNU), “Is Global Income Inequality Going Up or Down?”, United Nations University, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://unu.edu/news/news/global-income-inequality-up-or-down.html>; acesso em: jun. 2020.

[10] World Inequality Report (WIR), “Executive Summary”. 2018. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/executive-summary.html>; acesso em: jun. 2020.

[11] Mariko Chang, *Lifting as We Climb: Women of Color, Wealth, and America’s Future* (Washington, DC, Insight Center for Community Economic Development, 2010); Pew Research Center, “Wealth Gaps Rise to Record Highs between Whites, Blacks, Hispanics”, *Social & Demographic Trends*, 26 jul. 2011. Disponível em: https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/3/2011/07/SDT-Wealth-Report_7-26-11_FINAL.pdf; acesso em: jun. 2020. Em 2015, a riqueza média (ativos menos dívidas) das famílias brancas era vinte vezes maior que das famílias negras e dezoito vezes maior que a das famílias hispânicas.

[12] Ver, por exemplo, Melvin Oliver e Thomas Shapiro, *Black Wealth/ White Wealth: A New Perspective on Racial Inequality* (Nova York, Routledge. 1995).

[13] As mulheres negras têm o pior desempenho, de acordo com um relatório de pesquisa de 2010 sobre disparidades de riqueza entre diferentes grupos raciais nos Estados Unidos. A riqueza média das mulheres negras solteiras (incluindo mães solteiras chefes de família), no auge de seus anos mais produtivos (de 36 a 49 anos), é de apenas cinco dólares, em comparação com os 42.600 dólares das mulheres brancas solteiras da mesma idade – esse valor representa 61% da riqueza média dos homens brancos solteiros. Ver Mariko Chang, *Lifting as We Climb*, cit.

[14] Zillah Eisenstein, “An Alert: Capital Is Intersectional; Radicalizing Piketty’s Inequality”, *The Feminist Wire*, 26 maio 2014. Disponível em: <http://thefeministwire.com/2014/05/alert-capital-intersectional-radicalizing-piketys-inequality/>; acesso em: jun. 2020. Grifos nossos.

[15] Cathy Cohen, *Democracy Remixed: Black Youth and the Future of American Politics* (Nova York, Oxford University Press, 2010); David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Nova York, Oxford University Press, 2005) [ed. bras.: *O neoliberalismo: história e implicações*, trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 5. ed., São Paulo, Loyola, 2014].

[16] France Winddance Twine, *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil* (New Brunswick, Rutgers University Press, 1998).

[17] Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (trad. P. Martinez-Cruz, Austin, Host, 2007) [ed. bras.: *Ponciá Vicêncio*, Belo Horizonte, Mazza, 2003].

[18] Kia Lilly Caldwell, *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity* (New Brunswick, Rutgers University Press, 2007), p. 58.

[19] *Ibidem*, p. 51.

[20] Michael Hanchard, *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and Sao Paulo, Brazil, 1945-1988* (Princeton, Princeton University Press, 1994) [ed. bras.: *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio*

de Janeiro e São Paulo (1945-1988), trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, EdUERJ,, 2001].

[21] Kia Lilly Caldwell, *Negras in Brazil*, cit.

[22] Sueli Carneiro, “Defining Black Feminism”, em Achola O. Pala (org.), *Connecting Across Cultures and Continents: Black Women Speak Out on Identity, Race and Development* (Nova York, UN Development Fund for Women, 1995), p. 11-8.

2

A INTERSECCIONALIDADE COMO INVESTIGAÇÃO E PRÁXIS CRÍTICAS

Muitos estudos interseccionais partem da suposição de que a interseccionalidade é uma estrutura pronta, que pode simplesmente ser aplicada a determinado projeto de pesquisa ou programa político. No entanto, como sugerem os casos da Copa do Mundo da Fifa, da Conferência da ISA, da Conferência Mundial sobre Capitalismo Inclusivo e do movimento de mulheres negras no Brasil, o uso da interseccionalidade pode assumir várias formas. A generalização da interseccionalidade a partir de um caso particular ou das experiências de um grupo em um contexto social específico corre o risco de perder o processo de descoberta subjacente à forma como as pessoas realmente entendem e usam as estruturas interseccionais. A própria interseccionalidade está em constante processo de construção, e esses casos ilustram diferentes maneiras de usá-la como ferramenta analítica. No entanto, como ela, enquanto forma de investigação crítica e prática, está organizada para realizar esse trabalho analítico?

Este capítulo analisa a investigação e a práxis críticas como dois pontos organizacionais centrais para o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Como forma de questionamento crítico, passou a haver mais visibilidade no mundo acadêmico quando o termo “interseccionalidade” pareceu adequado ao que já se conhecia e ensinava. Na década de 1990, o termo começou a ser usado tanto dentro como fora das disciplinas tradicionais e da academia. De início, a investigação interseccional era inerentemente crítica porque desafiava corpos de conhecimento, teorias, epistemologias, metodologias e pedagogias existentes, em especial os que estavam relacionados à desigualdade social. Embora a interseccionalidade como forma de investigação crítica possa ocorrer em qualquer lugar, faculdades e universidades se tornaram importantes locais para disseminá-la por meio de estudos, conferências, propostas de bolsas, relatórios de políticas, trabalhos literários e criativos.

Quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana. Na família e no emprego, como atores institucionais em escolas públicas, faculdades, universidades e organizações religiosas, como lideranças comunitárias e de movimentos de base, cidadãs e cidadãos comuns recorrem às ideias da interseccionalidade para orientar sua prática. A práxis crítica da interseccionalidade pode ocorrer em qualquer lugar, dentro e fora do mundo acadêmico. Este livro dá especial ênfase à interseccionalidade como prática crítica porque os entendimentos comuns da interseccionalidade subestimam as práticas que tornam possível o conhecimento interseccional, especialmente aquelas que envolvem crítica, rejeição e/ou tentativa de corrigir os problemas sociais gerados por desigualdades sociais complexas. A práxis crítica também constitui característica importante da investigação interseccional – que está atenta à interseção das relações de poder e é vital para resistir à desigualdade social.

No mundo acadêmico, docentes e estudantes por vezes ignoram as relações de poder que tornam a interseccionalidade uma investigação crítica possível e legítima em suas práticas de estudo e sala de aula. Se consideram o tema da práxis política, em geral tratam a política como um tópico de discussão ou uma variável silenciosa com pouca influência sobre o formato da pesquisa ou as práticas dentro da sala de aula. Essas suposições relegam a política a áreas não acadêmicas e contribuem para a ficção de que o ensino superior é uma torre de marfim em que não há restrições impostas pelas relações de poder. Ativistas que recorrem à interseccionalidade como ponto essencial de sua práxis crítica consideram que as relações de poder e as desigualdades sociais são cruciais para seu trabalho. No entanto, podem achar que a pesquisa intelectual, especialmente as reflexões teóricas sobre a interseccionalidade, são um luxo pelo qual não podem pagar. Alguns ativistas chegam a rejeitar a teoria social, não vendo que as ideias podem levar as pessoas a agir.

Rejeitar essa falsa divisão entre academia e ativismo, ou o pensar e o fazer, sugere que a interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas pode ocorrer em qualquer lugar. O pensamento crítico certamente não se limita à academia, assim como o engajamento político não se encontra apenas nos movimentos sociais ou nos movimentos sociais comunitários. Na experiência vivida, é raro que a investigação crítica e a práxis como princípios organizacionais se distingam tão nitidamente como aqui. No entanto, fazer essa distinção analítica ilumina uma tensão central que se encontra no interior da interseccionalidade, a saber, quando as pessoas imaginam a interseccionalidade, elas tendem a imaginar

uma ou outra, ou a investigação ou a práxis, em vez de enxergar as interconexões entre as duas.

Aproximar esses dois princípios organizacionais da interseccionalidade revela a sinergia entre eles. Um relacionamento sinérgico é um tipo especial de relacionalidade em que a interação de duas ou mais entidades produz um efeito combinado que é maior que as partes separadas. No caso da interseccionalidade, a sinergia entre investigação e práxis pode produzir novos conhecimentos e/ou práticas importantes. A investigação e a práxis podem ser eficazes sem levar explicitamente em consideração uma à outra. No entanto, elas podem gerar mais benefícios juntas que separadas. Nos próximos capítulos, usaremos o termo “interseccionalidade” como abreviação dessa sinergia entre investigação crítica e práxis dentro da interseccionalidade. Neste capítulo, distinguiremos esses dois princípios organizacionais para mostrarmos como eles funcionam e trabalham juntos no uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Nosso sentido de interseccionalidade visa a manter o foco na sinergia que liga ideias e ações, na inter-relação entre investigação e práxis.

A interseccionalidade como investigação crítica

A interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais – por exemplo, a estrutura organizacional do futebol, as filosofias que moldam políticas públicas globais e nacionais e o ativismo social do movimento das mulheres afro-brasileiras – em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais. A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder.

Como nas últimas décadas o crescimento e a institucionalização da interseccionalidade ocorreram amplamente em faculdades e universidades, este capítulo se concentrará na interseccionalidade como forma de investigação crítica na academia. Estudantes, docentes, corpo acadêmico e administrativo costumam usar a terminologia de “estudo” para descrever a interseccionalidade, termo que evoca imagens de intelectuais fazendo pesquisa em disciplinas tradicionais e campos interdisciplinares. No entanto, esse entendimento pode ser muito restrito para a organização real da interseccionalidade. A interseccionalidade também é figura de destaque nas iniciativas em prol da equidade, da diversidade e da inclusão no ensino superior, transformando-se em objetivo institucional. Muitas formas de ativismo estudantil também se baseiam nas estruturas interseccionais. A ideia principal aqui não é equiparar a interseccionalidade a um campo de estudo tradicional – por exemplo, uma disciplina acadêmica ou um programa interdisciplinar. As pessoas realizam ações muito mais amplas que apenas acolher passivamente um conhecimento, contemplar ou até criticar o mundo à volta. Muitas fazem trabalhos intelectuais nos meios de comunicação, como no cinema, na música e na mídia digital. As ideias que circulam na internet e em outras plataformas mediadas também penetram no mundo acadêmico.

Uma maneira de chegar a um sentido da interseccionalidade dentro da academia é examinar as ações e as ideias de ativistas do corpo acadêmico e estudantil que se empenharam para levar para esse universo os estudos de raça/classe/gênero^[1]. Em 2001, a socióloga Bonnie Thornton Dill entrevistou setenta docentes de dezessete faculdades e universidades dos Estados Unidos – que em boa parte haviam ajudado a criar programas interdisciplinares em estudos de raça/classe/gênero – sobre suas percepções acerca das principais características e estatutos dessa área emergente de pesquisa^[2]. As entrevistas tinham dois pontos principais: definir, descrever e caracterizar o trabalho interseccional ou o que significa trabalhar nas

interseções; e explorar as estruturas de organização e de liderança pelas quais esse trabalho é realizado. Os sujeitos de pesquisa de Dill identificam o fortalecimento da capacidade institucional como uma importante dimensão de raça/classe/gênero antes dos anos 2000. Em outras palavras, como Dill afirma sucintamente, nesse período inicial de integração a “interseccionalidade [era] o núcleo intelectual do trabalho sobre diversidade”^[3].

A carreira de Dill reflete a sinergia entre a investigação e a práxis críticas na introdução da interseccionalidade na academia. Com estudos sobre mulheres de cor e suas famílias^[4], ela ajudou a promover pesquisas interseccionais na área de estudo da família. Sob sua liderança, ao lado de Lynn Weber e Elizabeth Higginbotham, o Centro de Pesquisa sobre Mulheres de Cor e do Sul, na Universidade de Memphis, tornou-se um importante centro institucional de estudos sobre raça/classe/gênero na década de 1980^[5]. Sua atuação em vários cargos organizacionais ajudou a estabelecer a infraestrutura institucional da interseccionalidade, por exemplo, contribuindo para a criação dos estudos sobre mulheres e do Consórcio de Raça, Gênero e Etnia da Universidade de Maryland e presidindo a Associação Nacional dos Estudos da Mulher. Dada a localização social de Dill, na sinergia da investigação e da práxis críticas, seu estudo de 2001 fornece um importante ponto de partida para o rastreamento dos desenvolvimentos teóricos, epistemológicos e políticos nos estudos de raça/classe/gênero, um precursor da interseccionalidade na academia. Esse importante projeto também lança luz sobre o que significa “trabalhar nas interseções” para praticantes que estejam atravessando esse período de disseminação no mundo acadêmico de movimentos em favor da justiça social.

As pessoas entrevistadas por Dill lembram como foi difícil introduzir os estudos de raça, classe e gênero na vanguarda da vida acadêmica em um período em que as faculdades e as universidades se submetiam cada vez mais às filosofias neoliberais. Também reconhecem que a interseccionalidade como forma de investigação crítica tem uma dívida com esse grupo de atores sociais:

Nos últimos trinta anos, os estudos que lançaram as bases para o que passou a ser conhecido como análise interseccional constituíram um trabalho pioneiro. Eles enfrentaram indiferença e hostilidade. A inteligência, o conhecimento, o profissionalismo e até a sanidade dos membros da academia que se engajaram na construção de programas de estudos sobre mulheres, etnias, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero foram questionados. Nos últimos anos, sofreram ataques dos agentes da desestabilização de uma instituição entendida como uma universidade descentralizada, baseada em princípios unitários do letramento cultural dos Estados Unidos.^[6]

Nesse contexto, as opiniões dos profissionais que realizaram estudos de raça/classe/gênero na academia são uma importante janela para rastreamos a

entrada e o tratamento subsequente dos temas centrais da interseccionalidade como forma de investigação crítica. Em relatório preliminar sobre as conclusões que tirou de suas entrevistas, Dill diz:

O que depreendo dessas entrevistas é que o trabalho “nas interseções” é uma estratégia analítica, uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos. É também uma importante ferramenta que liga a teoria à prática e pode auxiliar o empoderamento de comunidades e indivíduos.^[7]

Dois características fundamentais resumem como corpo acadêmico e ativistas de estudos de raça/classe/gênero estabeleceram as bases para a interseccionalidade como forma de investigação crítica. Partindo da ligação com o movimento social antes de passar para os cargos ocupados no ensino superior, eles identificaram duas facetas desse “trabalho nas interseções” ou, usando a linguagem deste livro, da adoção da interseccionalidade como ferramenta analítica: 1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; e 2) uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos.

A primeira característica de quem trabalha nas interseções consiste em usar as experiências e as lutas de grupos privados de direitos para ampliar e aprofundar o entendimento da vida e do comportamento humano. Trabalhar nas interseções produziu efeitos notáveis nos estudos. Por um lado, a interseccionalidade catalisou novas interpretações sobre trabalho^[8], família^[9], reprodução e constructos sociais semelhantes e, nesse processo, criticou e/ou revitalizou áreas inteiras de estudo^[10]. Por outro lado, os projetos de conhecimento interseccional fomentaram novas questões e áreas de investigação nas disciplinas acadêmicas já existentes, em especial nos campos que tratam da interconectividade da academia com algum aspecto do público geral. Traçar os padrões de integração dos estudos de raça/classe/gênero em geral e da interseccionalidade em particular, dentro da disciplina de sociologia, ilustra essa tendência^[11].

Vários textos definidores do campo dos estudos de raça/classe/gênero ajudaram no desenvolvimento e/ou uso das estruturas interseccionais^[12]. Esses textos defendem a interseccionalidade como estratégia analítica e mostram a falha de desconsiderar raça, gênero, etnia ou outras categorias de análise que são hoje frequentemente consideradas nos estudos interseccionais. Acadêmicas feministas que fazem estudos pós-coloniais encontraram na interseccionalidade importantes entendimentos teóricos que lhes permitiram avaliar a influência da filosofia pós-estruturalista continental em campo e usar as estruturas interseccionais para refletir

sobre as realidades colonial e pós-colonial^[13]. Mais importante, elas fizeram isso destacando as experiências de mulheres, pessoas negras e latinas, pobres e outros grupos negligenciados nos estudos existentes.

A segunda característica é que as pessoas entrevistadas por Dill identificam o trabalho nas interseções como “uma importante ferramenta que liga a teoria à prática e pode ajudar no empoderamento de comunidades e indivíduos”. Essa característica se assemelha ao foco que damos à interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas. A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas. Isso explica, em parte, por que as disciplinas acadêmicas que se orientaram para o engajamento público mostraram um interesse especial pela interseccionalidade. Em graus variados, membros da academia e profissionais das áreas de assistência social, criminologia, saúde pública, direito e educação reconhecem que a produção de conhecimento, em seus respectivos campos, não pode ser separada da prática profissional. Normalmente, esses campos examinam como suas práticas de pesquisa, base de conhecimento e práticas profissionais se moldam reciprocamente. Por abranger estudos e práticas, disciplinas acadêmicas com foco clínico ou aplicado têm especial interesse nas estruturas interseccionais.

A interseccionalidade é abordada em campos que já veem a teoria e a prática como interconectadas. Por exemplo, a estreita afinidade da interseccionalidade com a teoria crítica da raça e a teoria Lat-Crit^[a] destaca como especialistas em campos politicamente orientados têm buscado usar a interseccionalidade para moldar a prática pública^[14]. Gente da academia, como Kimberlé Crenshaw, Mari Matsuda, Richard Delgado, Patricia J. Williams, Charles Lawrence e Regina Austin, que estavam na vanguarda dos estudos críticos sobre raça, trouxeram uma série de questões interseccionais para esse campo. Nos Estados Unidos, políticas públicas relacionadas a questões como encarceramento em massa, supressão de votantes, direito reprodutivo para mulheres pobres, discriminação contra refugiadas, refugiados e migrantes e auxílio diferenciado em casos de desastre foram contestadas nos tribunais por especialistas e profissionais que trazem certa sensibilidade interseccional para sua atuação profissional. Em termos globais, o campo jurídico relativo aos direitos humanos criou o pano de fundo para uma série de projetos interseccionais (ver capítulo 4). A orientação da práxis foi e ainda é central para o trabalho de Crenshaw e reflete como um grupo mais amplo de acadêmicos, acadêmicas e profissionais do direito compartilha sensibilidades acerca da justiça social^[15].

Da mesma forma, como o trabalho social tem uma história não apenas de

prática clínica, mas também de prática crítica^[16], o campo de estudos relacionado a ele adotou a interseccionalidade. Livros publicados nesse âmbito constituem um importante ponto de partida para desenvolver essas análises interseccionais^[17]. O jornal acadêmico *Intersectionalities: A Global Journal of Social Work Analysis, Research, Polity, and Practice* [Interseccionalidades: Jornal Global de Análise, Pesquisa, Política e Prática do Serviço Social] descreve seu objetivo como:

Compartilhar conhecimento e facilitar o discurso colaborativo entre teóricos, profissionais, educadores, ativistas, pesquisadores do campo do serviço social e membros da comunidade que prestam assistência nos contextos local, regional e global. O periódico procura promover a justiça social, fornecendo um fórum para abordar questões de diferença e poder social em relação a prática progressista, educação, investigação acadêmica e política social.

O foco expresso é vincular a análise interseccional ao campo do trabalho social:

O periódico tem como objetivo destacar questões relacionadas a opressão, privilégios e resistência na sociedade e no serviço social. De consideração crítica são as maneiras pelas quais interseções de idade, deficiência, classe, pobreza, gênero e identidade sexual, sanidade mental, espiritualidade, (des)localização geográfica, ruralidade, colonialismo/imperialismo, autoctonia, racialização, etnia, cidadania e meio ambiente estão enredadas em processos de justiça e injustiça social.

O campo da justiça criminal também lança luz sobre como a ênfase da interseccionalidade na investigação e na prática crítica afeta os entendimentos das políticas internas de encarceramento em massa e das políticas globais de segurança pública (ver capítulo 5). Como um campo que estuda o sistema penal e treina as pessoas para trabalhar nele, a justiça criminal tem uma relação complicada e contraditória com suas muitas partes interessadas: a comunidade, o governo e as empresas. A justiça criminal treina um grande número de pessoas que gerenciam instituições penais em um setor que cresce rapidamente. Para quem trabalha com justiça criminal, esse tipo de emprego pode ser o melhor à disposição. A justiça criminal também administra políticas públicas que sinalizam as mudanças nas políticas públicas de assistência social, que se baseavam tradicionalmente na reabilitação, na educação, no aconselhamento e na obtenção de emprego. Ela está na linha de frente da implantação impositiva de políticas públicas punitivas, influenciadas pelo neoliberalismo e, cada vez mais, pelo populismo de direita^[18]. Por suas políticas, estudos acadêmicos e financiamentos ligados aos próprios Estados-nação, a justiça criminal é um campo muito importante, no qual são produzidas e implementadas políticas públicas concorrentes de bem-estar social, neoliberais e populistas de direita. Usar a interseccionalidade como uma estrutura analítica promete fornecer orientações importantes para criminologistas.

A educação também constitui um campo “aplicado” – fundado em uma história de práxis – cujas pesquisas e práticas têm sido altamente receptivas à investigação e à práxis crítica da interseccionalidade. No capítulo 7, oferecemos uma discussão sobre esse campo que, embora extensa, pode tocar apenas superficialmente as várias maneiras pelas quais a interseccionalidade afeta os estudos educacionais como investigação crítica. Aqui, destacamos que pesquisadoras e pesquisadores em educação abordam questões relativas ao modo como interações entre desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade e capacidade moldam as experiências e os resultados no ensino de populações desprovidas de direitos. É importante destacar que os estudos acadêmicos fornecem um discurso importante sobre a juventude e os jovens. A sinergia que une estudo e prática não apenas afeta a formação docente, a matriz curricular e a pesquisa em pedagogia escolar; ela também molda as muitas subespecialidades dos estudos em educação.

A saúde pública é um campo aplicado que possui laços estreitos com a pesquisa médica e demonstra um interesse crescente pela capacidade de a interseccionalidade, com foco nas complexas desigualdades sociais, explicar a relação entre saúde e doença^[19]. Como a saúde pública permanece comprometida com a melhoria das práticas de saúde, o desafio desse campo é a integração das estruturas interseccionais na prática clínica, bem como nas políticas públicas. A Análise Política baseada na Interseccionalidade (IBPA, em inglês), iniciativa da Simon Fraser University através do Instituto de Pesquisa e Políticas de Interseccionalidade, é um exemplo significativo desse tipo de iniciativa na área da saúde. O Instituto tem como objetivo gerar pesquisas com aplicabilidade direta na política de saúde do Canadá^[20].

Além desses campos de estudo, desde 2000 a presença da interseccionalidade na academia, bem como suas crescentes especialização e profissionalização, aumentou exponencialmente. Como o interesse pela interseccionalidade se expandiu em várias direções, muitos acadêmicos e profissionais de ambos os sexos desconhecem a amplitude dos estudos interseccionais. O amplo alcance acadêmico da interseccionalidade e seus efeitos sobre tradições e fronteiras disciplinares é um tema vasto. Aqui, podemos apenas destacar as muitas formas que os estudos interseccionais assumem: livros e dissertações sobre uma ampla variedade de temas^[21], coleções e antologias para cursos de graduação e público em geral^[22], artigos em jornais acadêmicos revisados por pares e vários números especiais de periódicos de diversas disciplinas acadêmicas e campos interdisciplinares^[23]. Acadêmicos e acadêmicas de muitas disciplinas e campos interdisciplinares agora usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para repensar questões e instituições sociais importantes. Atualmente, existem muitas abordagens

interseccionais diferentes, cada qual adaptada a perguntas, histórias e caminhos específicos do campo em questão. Não existe uma estrutura interseccional a ser aplicada a todos os campos. Ao contrário, cada campo acadêmico de estudo aborda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas.

Em alguns casos, a interseccionalidade fornece novas direções para repensar áreas de uma disciplina tradicional. Tomemos, por exemplo, a maneira pela qual a sociologia estadunidense se envolveu com temas relativos a raça, classe e gênero. Como a sociologia estadunidense se desenvolveu em um contexto político e intelectual de segregação de raça e gênero, a organização geral da disciplina, bem como seus principais temas e práticas nos primeiros cem anos de existência, enxergavam raça, gênero e classe como eixos diferentes e, aparentemente, não relacionados à divisão social^[24]. As subdisciplinas sociológicas de classe, raça e gênero entendiam cada área como distinta e geralmente davam pouca atenção uma à outra. Por exemplo, se os estudos sobre casamento e família estavam “focados” nas mulheres, por que o subcampo de raça e etnia deveria se preocupar com gênero? Se a experiência afro-americana era estudada em raça, então não havia necessidade de incluir raça como estrutura explicativa importante nos estudos convencionais sobre estratificação social ou nas críticas marxistas a ela. Se a branquitude dos grupos imigrantes era tomada como norma, então não era necessário estudar as assunções de branquitude que sustentavam a construção da etnia estadunidense. Clivagens de classe associadas a níveis variados de assimilação e mobilidade social ascendente constituiriam o foco da investigação. Consequentemente, as velhas distinções entre as subdisciplinas sociológicas de classe, raça e gênero moldaram as análises a respeito da desigualdade social. Como os sociólogos interessados na estratificação (classe), raça e gênero trabalhavam em contextos sociais especializados, essa lógica de separação afetava seu trabalho intelectual. Assim, os estudos de estratificação/classe com ênfase nos entendimentos dominantes sobre trabalho e ocupações refletem amplamente a tendência generalizada de equiparar as experiências masculinas brancas com as experiências da sociedade como um todo. Para raça e etnia, prevaleceram as questões de cultura, em especial os conceitos de assimilação extraídos das experiências de grupos étnicos brancos. Em relação ao gênero, os estudos sobre a família restringiram as mulheres brancas à profissão da chamada assistência social e/ou as relegaram à esfera “natural” do lar. Preocupadas com a dinâmica familiar interpessoal, as análises de gênero permaneceram restritas à linguagem da psicologia social e à interação social individual. No geral, a abordagem

não interseccional limitou a capacidade de cada área de considerar como as outras áreas moldavam as próprias preocupações.

A interseccionalidade levou a sociologia a examinar as conexões entre raça, classe e gênero *dentro* do próprio campo, bem como seus vínculos com outros campos de estudo. Na década de 2000, os sociólogos utilizavam cada vez mais a interseccionalidade como ferramenta analítica. Por exemplo, em um livro inovador, *Unequal Freedom: How Race and Gender Shaped American Citizenship and Labor* [Liberdade desigual: como raça e gênero moldaram cidadania e trabalho nos Estados Unidos], a socióloga Evelyn Nakano Glenn faz uma análise interseccional da cidadania estadunidense. No entanto, o caminho para realizar esse estudo não foi fácil. Glenn descreve como conseguiu juntar os fios de diferentes campos de estudo e tradições intelectuais:

Enquanto luto para formular uma análise integrada de gênero, raça e classe, confio em uma abordagem comparativa histórica que incorpora a economia política e aproveita ideias críticas avançadas pelo pós-estruturalismo. Utilizo uma estrutura construcionista social que considera que raça, gênero e classe são simultaneamente constituídos em locais específicos e períodos históricos por meio de estruturas e discursos sociais “racializados” e “generizados”. Tento habitar esse meio-termo [...] observando como raça, gênero e classe são constituídos *relacionalmente*.^[25]

Nessa passagem, Glenn fornece uma visão de bastidores dos contornos mutáveis do que significava aplicar a interseccionalidade nas ciências sociais. Seu trabalho reúne áreas distintas da sociologia, tradições sociológicas de raça, classe, gênero e nação. Porém, ela também emprega a interdisciplinaridade para fortalecer sua abordagem de raça, classe, gênero e nação. Com base em uma “abordagem histórica comparativa que incorpora a economia política”, uma decisão que a direciona para a história, principalmente a história do trabalho e dos direitos da classe trabalhadora, Glenn também tira proveito das “ideias críticas avançadas pelo pós-estruturalismo”, área social que enfatiza a análise do discurso e reaviva o interesse pelas estruturas construcionistas sociais, que se coadunam com a ênfase da interseccionalidade nas relações de poder. De maneira significativa, Glenn aponta para a prática de trabalhar de forma relacional.

Os campos interdisciplinares, embora de maneira diferente, também se baseiam na interseccionalidade de um campo para outro. Por exemplo, nos estudos críticos sobre deficiência, a interseccionalidade é utilizada para criticar as assunções sobre branquitude, masculinidade, gênero, sexualidade e normalidade em que se apoiam os modelos médicos dos estudos tradicionais sobre deficiência. Em contrapartida, os estudos críticos sobre deficiência também repreendem a ausência ou o uso superficial da deficiência como categoria frequentemente mencionada, mas pouco

explorada nos estudos interseccionais. O diálogo crítico entre essas áreas pode enriquecer a ambas. Por exemplo, o trabalho de Nirmala Erevelles oferece uma conceituação original da complexa relação da deficiência com os eixos de poder – um quadro complexo de relacionalidade em que a deficiência funciona como pedra angular ideológica para se compreenderem raça, gênero e sexualidade e que Erevelles situa nas relações de classe globais e nos modos capitalistas de produção^[26].

Da mesma forma, estudos sobre *queers* de cor usam a interseccionalidade como estrutura analítica para desafiar tanto a teoria *queer* quanto a interseccionalidade como campo de investigação^[27]. Aqui, a interseccionalidade funciona como ferramenta analítica para abordar a ênfase excessiva da teoria *queer* na branquitude, nas experiências da classe média e nas preocupações do Norte global, bem como em sua postura anti-identitária. Para especialistas *queer* e trans que se interessam pela categoria de cor, as identidades coletivas são não apenas politicamente estratégicas, como psicologicamente importantes para *queers* e trans de cor em uma sociedade com comunidades LGBTQ racistas. Em contrapartida, especialistas *queer* desafiam a heteronormatividade nos estudos interseccionais. Isso implica entender que o termo “*queer*” desestabiliza a própria ideia de comportamento normal – “*queer*”, portanto, torna-se um conjunto de ações, um verbo, não o que uma pessoa é ou tem. Esse entendimento de *queer* dificulta a normalização da interseccionalidade pelos grupos dominantes ou sua assimilação no “mesmo de sempre”. Nesse sentido, esses pensadores e essas pensadoras são a própria “interseccionalidade *queer*”^[28]. Criticar a heteronormatividade na interseccionalidade cria espaço para novas questões sobre as relações de poder e a sexualidade e para entendimentos sobre a resistência às hierarquias sociais.

Dentro dos estudos interseccionais, pensou-se muito sobre qual tipo de conceito é a interseccionalidade e produziu-se uma gama de interpretações e terminologias^[29]. Uma crítica à interseccionalidade é que essa terminologia imprecisa leva a resultados desiguais. Por exemplo, a literatura sobre interseccionalidade, metodologia e validade empírica^[30] é, provavelmente, uma resposta à crítica de que os estudos interseccionais carecem de uma abordagem metodológica^[31] precisa^[32] e diversa^[33]. Porém, essa falta de precisão nesse ponto do desenvolvimento da interseccionalidade pode não ser ruim. A investigação crítica da interseccionalidade reflete as ambiguidades de um campo em formação que está ativamente engajado em processos de autodefinição.

A interseccionalidade como práxis crítica

Docentes, assistentes sociais, mães e pais, defensoras e defensores de políticas públicas, equipe de apoio em universidades, profissionais do direito, lideranças comunitárias, membros do clero, estudantes graduados e profissionais de enfermagem, entre outros, são atores de linha de frente que dão respostas aos problemas sociais. Como têm em geral uma relação íntima e pessoal com a violência, a falta de moradia, a fome, o analfabetismo, a pobreza, a violência sexual e problemas sociais semelhantes, esses atores de linha de frente têm uma visão diferente da forma como as desigualdades sociais moldam os problemas sociais e do motivo por que os problemas sociais não se distribuem igualmente pelos grupos sociais. Concentrados principalmente na práxis, em geral querem resolver os problemas, não apenas entendê-los. Para esses profissionais, praticantes e ativistas de ambos os sexos, a interseccionalidade não é simplesmente uma heurística para a investigação intelectual, mas também uma importante estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social.

A interseccionalidade como práxis crítica requer o uso do conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes na vida cotidiana. A solução de problemas está no cerne da práxis da interseccionalidade, e os tipos de problemas sociais gerados pelos sistemas interseccionais de poder prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis. A práxis entende que o pensar e o fazer, ou a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro. Rejeita concepções binárias que veem os estudos acadêmicos como fonte de teorias e estruturas e relega a prática às pessoas que aplicam essas ideias em contextos da vida real ou a problemas da vida real. O conhecimento baseado na práxis – por exemplo, a prática profissional de uma equipe médica treinada ou a habilidade de organizar movimentos sociais – considera que teoria e prática são interconectadas.

Quando se trata de práxis interseccional, os estudos têm se concentrado na maneira pela qual grupos locais, movimentos de base e/ou grupos pequenos recorrem à interseccionalidade para orientar suas ações. A política de solidariedade, que abrange a construção de coalizões, mas não se limita a ela, se encaixa no conceito central da interseccionalidade, o de relacionalidade, e reaparece nos estudos interseccionais sobre movimentos sociais de base. Tomemos, por exemplo, o trabalho da Advogadas Imigrantes Asiáticas (Aiwa, em inglês), organização comunitária progressista que atua em Oakland e San Jose, na Califórnia. Em seu artigo histórico sobre a Aiwa, Chun, Lipsitz e Shin fornecem uma ilustração

entusiasmada do modo como as mulheres desse movimento social usam as estruturas interseccionais para lidar com formas de opressão interligadas^[34]. Criada para defender os interesses de trabalhadoras imigrantes de baixa renda que falam inglês, a Aiwa evita se apresentar como organização política estruturada com base em origens étnicas e nacionalidades distintas, como chinesa, coreana ou vietnamita. Usa a interseccionalidade como uma ferramenta que permite vários pontos de entrada e formas de engajamento a quem participa. Ao fazer isso, promove um entendimento das identidades como instrumentos que devem ser forjados e usados estrategicamente de maneira complexa e flexível^[35]. Uma pesquisa etnográfica e arquivística aprofundada da Aiwa revela que a organização usa a interseccionalidade principalmente de três maneiras: como estrutura analítica para lidar com os campos interligados de gênero, família, trabalho e nação; como abordagem reflexiva para unir a teoria e a prática do movimento social; e como estrutura para orientar a promoção de novas identidades e novas formas de atividade democrática entre as trabalhadoras imigrantes^[36].

Outras organizações comunitárias formam redes ou coalizões com grupos afins, baseando-se na interseccionalidade para moldar a logística da organização, bem como a agenda política que defendem. Na obra *Dry Bones Rattling: Community Building to Revitalize American Democracy* [Barulho de ossos secos: construindo comunidades para revitalizar a democracia americana], o sociólogo ativista Mark Warren desafia a suposição de que a intervenção religiosa na política pode significar apenas uma tentativa de impor à sociedade as doutrinas morais de um grupo. Warren acompanha o trabalho da organização Fundação das Áreas Industriais (IAF, em inglês), uma rede inter-religiosa e multirracial de lideranças comunitárias do Texas. Durante duas décadas, a IAF tentou reconstruir comunidades profundamente devastadas. Como Warren aponta: “Se esses grupos fossem simplesmente de gente religiosa que defende pessoas pobres, eles não teriam muita notoriedade: os Estados Unidos estão cheios de grupos de defesa, laicos e religiosos. Não faltam grupos de defesa, mas faltam organizações pelas quais as pessoas participem ativamente da democracia”^[37]. Essa grande rede de cidadãos e cidadãs atuante na sociedade civil manifestou uma sensibilidade analítica interseccional muito antes de o termo estar na moda. Além disso, a IAF descobriu uma maneira de unir o fortalecimento da comunidade pela fé com a ação política não partidária, combinação que fez dessa rede um experimento importante para a revitalização da democracia.

A Generations Ahead, organização de justiça social que se dedica a expandir o debate público sobre as tecnologias genéticas, também lança luz sobre o trabalho de

solidariedade que faz parte da práxis interseccional. Desde a criação, em 2008, até o encerramento das atividades, em 2012, a Generations Ahead implantou uma abordagem interseccional da mobilização política para tratar das implicações sociais e éticas das tecnologias genéticas e da genética reprodutiva. Foi uma das poucas organizações estadunidenses que trabalhou a partir de um espectro diversificado de partes interessadas em justiça social – a saber, saúde reprodutiva, justiça e direitos, justiça racial, LGBTQ e grupos de defesa das pessoas com deficiência e dos direitos humanos. A organização calcada na análise interseccional ajudou a estabelecer alianças entre justiça reprodutiva, justiça racial, direitos das mulheres e ativistas dos direitos das pessoas com deficiência para desenvolver estratégias de abordagem das tecnologias genéticas de reprodução^[38].

Grupos como a Aiwa, a IAF e a Generations Ahead são exemplos de como organizações populares e comunitárias se baseiam em estruturas interseccionais como parte de sua práxis crítica. Mostram diferentes dimensões do reconhecimento desses grupos de que é importante criar solidariedade tanto dentro da própria organização quanto entre organizações. Bem cientes dos danos causados pela política unidirecional em populações multiplamente oprimidas ou, inversamente, pelos efeitos de um tema único em segmentos de determinada comunidade, ativistas e especialistas da interseccionalidade colocam a diferença e a multiplicidade no centro de sua práxis de justiça social. Grupos como a Aiwa recorrem ao tema da relacionalidade na interseccionalidade para moldar suas políticas internas. Em contraste, grupos como a IAF reconhecem que precisam criar novas maneiras de se envolver no ativismo de temas múltiplos e no trabalho de coalizão. Nenhum grupo simplesmente enfatiza a diferença, mas a redefine em relação a sua práxis. Coletivamente, esses exemplos ilustram como a interseccionalidade tem sido importante tanto para a mobilização política de base quanto para movimentos sociais mais amplos.

Em outros casos, funcionárias e funcionários de governos, empresas e universidades, por exemplo, usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para moldar a práxis crítica de suas organizações. Especialistas e profissionais se basearam em estruturas interseccionais para tentar influenciar políticas públicas de agências governamentais^[39]. A IBPA, iniciativa da Simon Fraser University já mencionada, ilustra esse tipo de empreendimento em pesquisa e política de saúde. Buscando produzir pesquisas com aplicabilidade direta nas políticas de saúde do Canadá, a IBPA visa a tornar seus materiais acessíveis e relevantes para as partes interessadas nesse campo. Isso implica o importante trabalho de traduzir ideias e facilitar a colaboração entre as partes interessadas. A IBPA desenvolveu um processo

participativo envolvendo pesquisadoras e pesquisadores, profissionais e clientela dos serviços de saúde. Sua declaração de missão manifesta a aspiração dos atores sociais de trazer a interseccionalidade para o campo das políticas públicas: “A IBPA fornece um método novo e eficaz para entender as variadas implicações relevantes para a equidade da política e promover melhorias baseadas em equidade e justiça social em uma base populacional cada vez mais diversificada e complexa”^[40].

A defesa dos direitos humanos constitui outra arena de vital importância para a interseccionalidade como práxis crítica. As ideias expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 invocam entendimentos de interseccionalidade que promovem iniciativas de justiça social. O artigo 1 afirma que todos os seres humanos “nascem livres e iguais em dignidade e direitos”; o artigo 2 declara que todos os seres humanos “têm direito a todos os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de nenhum tipo, como raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra natureza, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro”^[41]. Contudo, como as categorias protegidas ganham significado tanto em relação uma a outra como em contextos sociais específicos, uma declaração estritamente legal não pode, por si só, proporcionar direitos humanos. Como as ideias e a práxis crítica da interseccionalidade estão alinhadas com o *étos* dos direitos humanos, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica pode ser uma importante lente crítica para as iniciativas em favor dos direitos humanos^[42].

Faculdades e universidades constituem locais cruciais, embora frequentemente desconsiderados, onde há interseccionalidade como práxis crítica. No ensino superior, distinções rígidas entre administração, docência e serviços dificultam a colaboração entre esses vários grupos para criar as condições que possibilitam a interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas. A atenção focada nos estudos e nas pesquisas sobre a interseccionalidade em geral ofusca a importância da pedagogia, ou do ensino e da aprendizagem da interseccionalidade, como um espaço importante da práxis crítica da interseccionalidade. O artigo da socióloga Nancy Naples, “Teaching Intersectionality Intersectionally” [Ensinando interseccionalidade interseccionalmente] faz uma análise importante das implicações pedagógicas da interseccionalidade. Em resposta ao desafio de realizar pesquisas interseccionais, ela elaborou um curso que não apenas apresenta aos estudantes a complexidade dos estudos interseccionais, mas também tenta fazê-lo por meio de uma pedagogia interseccional. A vasta experiência de Naples com a pesquisa etnográfica fez com que estivesse muito atenta ao processo de planejamento do curso e avaliação de sua trajetória. Como ressalta, “poucos especialistas discutem

como fazer diferentes abordagens interseccionais dialogarem entre si. De fato, meu desejo é que mais especialistas que reivindicam uma análise interseccional para seu trabalho explicitem a sua metodologia”^[43].

Naples também fornece uma análise importante dos vínculos entre metodologia e práxis. Ela identifica a ênfase da socióloga feminista canadense Dorothy Smith na reflexão, na ação e na responsabilidade como um dos *insights* metodológicos mais poderosos para a pesquisa interseccional. Vê no trabalho de Smith uma “práxis feminista interseccional” que chama atenção para a maneira como o ativismo ou a experiência moldam o conhecimento, um entendimento que, por vezes, se perde quando as abordagens teóricas são institucionalizadas no meio acadêmico. Também reflete a práxis feminista que deu origem ao conceito e reconhece que a teoria se desenvolve em diálogo com a prática^[44].

As salas de aula das faculdades podem ser o local onde se aprende sobre a interseccionalidade, mas as experiências em dormitórios, refeitórios, bibliotecas, eventos esportivos e, para quem precisa trabalhar para pagar os estudos, no emprego são onde a interseccionalidade é realmente vivenciada. Se as ideias a respeito da interseccionalidade têm pouco significado para a prática da interseccionalidade no dia a dia estudantil, a legião de funcionárias e funcionários que prestam apoio nas faculdades e nas universidades, desde responsáveis pelas estratégias de diversidade até assistentes residentes em dormitórios, perde uma grande oportunidade pedagógica para a práxis interseccional. Equipes administrativas e de apoio que implementam políticas para estudantes ou trabalham diretamente com eles dando aula. O corpo docente universitário também é vanguarda da interseccionalidade como práxis crítica. Coletivamente, estudantes, docentes, quadro administrativo e de suporte podem usar a interseccionalidade como importante ferramenta analítica para moldar sua práxis crítica.

Pensar sobre a pedagogia interseccional mostra que as distinções entre a investigação crítica e a práxis crítica raramente são tão evidentes quanto se imagina. Quando se trata de interseccionalidade, a produção acadêmica, especialmente a que tem influência direta na pedagogia, pode constituir uma forma de ativismo intelectual^[45]. O avanço da interseccionalidade como forma de investigação crítica requer a construção de uma base estudantil de graduação e pós-graduação que se envolve com textos seminais sobre interseccionalidade. Nesse sentido, os livros e, sobretudo, os manuais escolares são importantes porque reúnem leituras que fornecem um roteiro para pensar sobre um campo de estudo^[46]. Como um desenvolvimento paralelo, os livros se baseiam em variações do termo “interseccionalidade” e oferecem uma seleção de artigos importantes para ajudar a

formatar esse campo de investigação^[47]. Textos centrais que explicam os principais conceitos a estudantes de graduação também têm uma contribuição importante^[48]. O volume editado em 2014 por Patrick Grzanka^[49] não só passa em revista os estudos interseccionais, como fornece um marco que sugere uma mudança significativa nos projetos interseccionais aprimorados pelo tipo de investigação e práxis preconizado pelos participantes do estudo de Dill.

A sinergia de investigação e práxis

No capítulo 1, discutimos brevemente a relacionalidade como um tema central da interseccionalidade que assume formas diversas e emprega termos como “coalizão”, “solidariedade”, “diálogo”, “conversa”, “interação” e “transação”. Como a ideia de relacionalidade atravessa muitas pesquisas e práticas interseccionais, nós a colocamos no centro deste capítulo e a desenvolvemos para conceituar uma relação sinérgica entre investigação e práxis como dimensões da interseccionalidade.

O restante deste capítulo apresenta dois casos muito diferentes de sinergia interseccional. O primeiro examina de que maneira o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica resultou em entendimentos complexos da violência. Visto que a violência contra as mulheres foi um poderoso catalisador da própria interseccionalidade e que a violência parece cada vez mais onipresente no contexto global, as análises interseccionais desse tópico não apenas são generalizadas, como influenciam o ativismo político e as políticas públicas. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove uma concepção mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para a desigualdade e a injustiça social^[50]. A violência é uma questão importante para mostrar como a sinergia entre investigação e práxis realmente funciona na interseccionalidade.

O segundo caso analisa a práxis interseccional em um local improvável, a saber, como o caminho do economista Muhammad Yunus para criar uma estrutura em torno do microcrédito e das pessoas pobres de zonas rurais sugere uma maneira interseccional de trabalhar. Esse caso tem semelhanças com o movimento das mulheres afro-brasileiras, em que estas avançaram as ideias da interseccionalidade antes do surgimento do próprio termo. O termo não é crucial na abordagem de Yunus. Em vez disso, esse caso mostra como a práxis crítica permitiu que dimensões importantes da interseccionalidade se desenvolvessem.

Violência como problema social

O artigo inovador de Kimberlé Crenshaw, “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color” [Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor]^[51], argumenta que a investigação e a práxis interseccionais são necessárias para abordar o problema social da violência contra as mulheres de cor. O artigo tocou em uma sensibilidade mais profunda sobre a necessidade de novas explicações sobre a forma e os efeitos da violência contra as mulheres de cor que alcançou igualmente o mundo acadêmico e profissional. Não é possível chegar a soluções imaginando as mulheres como uma massa homogênea ou pintando os homens como perpetradores, tampouco concentrando-se exclusivamente nos indivíduos ou no poder do Estado como locais de violência. Soluções para a violência contra as mulheres continuarão improváveis se esse problema for tratado através de lentes exclusivas de gênero, raça ou classe. Por exemplo, lentes exclusivas de gênero, pelas quais os agressores são homens e as vítimas são mulheres, ou lentes exclusivas de raça, que priorizam a violência policial contra homens negros em detrimento da violência doméstica contra mulheres negras, mostram as limitações do pensamento não interseccional.

Quando se trata de violência, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra a relação sinérgica entre investigação e práxis críticas. Três exemplos revelam como a interseccionalidade molda iniciativas de combate à violência. A organização do movimento One Billion Rising for Justice, nosso primeiro exemplo, ilustra como as estruturas interseccionais afetam as atividades ligadas à justiça social em vários contextos locais. O One Billion Rising for Justice é um chamado global para que mulheres que sobreviveram à violência e quem as ama se reúnam em segurança fora dos lugares onde têm acesso à justiça – tribunais, delegacias, agências governamentais, escolas, locais de trabalho, locais que sofrem com a injustiça ambiental, tribunais militares, embaixadas, ambientes de culto, casas ou simplesmente espaços de reunião pública. As mulheres são incentivadas a se reunir em lugares próximos, onde merecem se sentir seguras, porém muitas vezes isso não acontece. O movimento apela para que as sobreviventes quebrem o silêncio, contando suas histórias por meio de arte, dança, marchas, rituais, canções, récitas, testemunhos ou da maneira que acharem melhor. Lançado em 2012, no também Dia dos Namorados norte-americano, 14 de fevereiro, o movimento cresceu e evoluiu.

Em 2013, 1 bilhão de pessoas em 207 países se mobilizou e dançou para exigir o fim da violência contra mulheres e meninas. Surpreendentemente, a iniciativa conseguiu manter o alto nível de envolvimento, casando iniciativas locais com a mídia global. Em 2014, o movimento focou a questão da justiça para sobreviventes da violência de gênero, escolhendo o tema: “Um bilhão de pessoas mobilizadas em favor da justiça”. Em 2015, milhões de ativistas em mais de duzentos países se reuniram pela “Mobilização em favor da revolução”, pedindo uma mudança no sistema para que a violência contra mulheres e meninas seja impensável. Em 2016, o chamado para mudança teve como foco as mulheres oprimidas, e o objetivo era chamar atenção, em âmbitos nacional e internacional, para seus problemas. Em 2017 e 2018, o tema “Mobilização em favor da solidariedade” reagiu contra a crescente visibilidade do populismo de direita e a ameaça que isso representa para mulheres e meninas. Significativamente, o movimento One Billion Rising incorporou, de modo consistente, uma análise interseccional à missão, à análise da violência contra mulheres e meninas e à explicação para essa violência.

O foco do site e do dia de ação do One Billion Rising for Justice são as necessidades de mulheres e meninas, mas nenhuma mulher ou categoria de mulheres representa esse bilhão. Usando o site e o dia de ação para reunir em uma comunidade global imaginada projetos aparentemente não relacionados, o movimento destaca a multiplicidade de experiências das mulheres com a violência, bem como as estratégias inovadoras a que recorrem para sobreviver. O One Billion Rising for Justice destaca como a violência afeta a vida de todo mundo e vê a necessidade de mobilizar todas as pessoas em apoio às mulheres. As ações envolvem mulheres de diversas origens, entes queridos e aliados. Não se trata de um movimento de exclusão. Ele atua em um contexto global, no qual grupos diferentes entendem que viver sem medo da violência é um aspecto importante dos direitos humanos.

O caso do One Billion Rising for Justice também ilustra o poder da internet e das mídias sociais como ferramentas de mobilização contra a violência na vida cotidiana e o discurso de ódio na cultura popular. Esse discurso de ódio contra as mulheres inclui não apenas palavras, mas uma série de imagens, letras de músicas, gestos e outras formas de comunicação que, coletivamente, contribuem para um *éthos* de violência. Do mesmo modo que a pornografia explícita é identificável porque vincula a sexualidade à violência, imagens constantes na mídia exibindo partes do corpo das mulheres que são sexualizadas na cultura popular fomentam o abuso contra as mulheres. Mas a misoginia adquire sentido diante de outras opressões que agem por meio de raça, religião, heterossexualidade, classe e

capacidade. Na cultura popular negra, por exemplo, as mulheres aparecem como alvo de violência. Essa visão tenta dessensibilizar os espectadores para o tipo de violência praticada contra inúmeras mulheres afro-americanas e incentivar os homens afro-americanos (e aqueles que os imitam) a entender que eles têm direito a esse tipo de conduta. A maneira como a mídia de massa representa a violência contra as pessoas negras, isto é, como entretenimento, assemelha-se à violência retratada na pornografia explícita contra as mulheres.

O Centro de Estudos sobre Interseccionalidade e Política Social da Universidade de Columbia fornece um segundo exemplo de iniciativa de combate à violência moldada pela sinergia entre investigação e práxis críticas da interseccionalidade. Liderado por Kimberlé Crenshaw, o centro foi fundado em 2011 com o objetivo de analisar criticamente como as estruturas sociais e as categorias de identidade relacionadas, que interagem em vários níveis, como gênero, raça e classe, resultam em desigualdade social. Primeira instituição desse tipo nos Estados Unidos, o Centro de Estudos de Interseccionalidade e Política Social tem um papel importante, facilitando o diálogo intelectual entre especialistas em interseccionalidade, desenvolvendo redes de pesquisa interdisciplinares, integrando pesquisas e análises interseccionais ao debate sobre políticas e defesa da justiça social e inovando o programa acadêmico e as oportunidades de aprendizagem para estudantes da Faculdade de Direito de Columbia e de outros lugares.

O centro serviu como principal apoio à pesquisa do Fórum de Políticas Afro-Americanas (AAPF, em inglês) para a ação afirmativa nacional e transnacional. Esse *think-tank* reúne membros da academia, ativistas e formuladoras e formuladores de políticas para dismantelar a desigualdade estrutural e desenvolver novas ideias e perspectivas para mudar o discurso e as políticas públicas. O trabalho do AAPF promove estruturas e estratégias que visam às bases da discriminação relacionada às interseções entre raça, gênero e classe.

A violência contra homens e meninos negros foi um catalisador importante para as ações do AAPF. O fórum aprendeu rapidamente que enfrentar a violência exigia uma iniciativa mais ampla e assumiu a liderança ao analisar o My Brother's Keeper (MBK), programa pela justiça racial criado por Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos. Lançado em fevereiro de 2014, o MBK visava a solucionar o problema de baixo desempenho e orientação de jovens negros e pardos, mas excluía as mulheres jovens. Para muitos, essa exclusão provou como é fácil desconsiderar as opressões entrelaçadas que afetam as oportunidades de vida das mulheres negras. Em solidariedade às mulheres, duzentos homens negros assinaram uma carta aberta ao presidente Obama para expressar sua preocupação com a exclusão de meninas e

mulheres negras do MBK. Os signatários pediam “uma iniciativa interseccional” que enfatizasse a “denúncia de privilégios masculinos, sexismo e cultura do estupro na busca pela justiça racial”. Argumentaram que “a exclusão de meninas e mulheres do MBK as relegaria mais uma vez ao lugar que ocuparam por muito tempo na luta pela igualdade racial e sexual: as margens”^[52].

Duas semanas após a publicação dessa carta, mais de mil mulheres e meninas de cor assinaram uma carta aberta endereçada ao governo Obama pedindo sua inclusão no MBK. Ao elogiar “os esforços da Casa Branca, da filantropia privada, das organizações de justiça social e de outros países para ir além das abordagens ‘cegas à cor’^[b] para os problemas específicos das raças”, as signatárias expressaram sua consternação com a exclusão de mulheres e meninas de cor desse programa crítico. Argumentaram:

O enfrentamento da crise que atinge os meninos não deve ocorrer em detrimento do enfrentamento das escassas oportunidades oferecidas às meninas, que moram nas mesmas casas que eles, sofrem nas mesmas escolas que eles e lutam como eles para superar um histórico comum de oportunidades limitadas causado por várias formas de discriminação. Simplesmente não podemos aceitar que os efeitos dessas condições para mulheres e meninas as diminuam a ponto de as tornar invisíveis e consideradas tão insignificantes que não mereçam a atenção das mensagens, das pesquisas e dos recursos dessa iniciativa sem precedentes.^[53]

O Centro de Estudos sobre Interseccionalidade e Política Social e o AAPF iniciaram uma série de eventos baseados na interseccionalidade para divulgar seus esforços a fim de educar o público, organizar grupos concernentes e influenciar políticas públicas. O AAPF também divulgou uma série de publicações para o público em geral. Por exemplo, o relatório da instituição, “Black Girls Matter: Pushed Out, Overpoliced and Underprotected” [Meninas negras importam: excluídas, policiadas e desprotegidas], recomenda políticas para lidar com desafios específicos enfrentados por meninas de cor, como revisar políticas que as direcionam a centros de supervisão de menores; desenvolver programas que identifiquem sinais de violência sexual e as ajudem a lidar com experiências traumáticas; promover programas de apoio a adolescentes grávidas, com filhos ou outras responsabilidades familiares significativas; e melhorar a coleta de dados para rastrear de maneira eficaz a disciplina e o desempenho por raça/etnia e gênero em todos os grupos^[54]. O centro também lançou uma série de *hashtags* vinculadas a suas iniciativas programáticas, como a #BreakingtheSilence, relacionada a reuniões em prefeituras para aumentar a conscientização do público sobre os problemas enfrentados por mulheres e meninas negras; a #BlackGirlsMatter, relativa à campanha em mídia social que acompanhou o relatório “Black Girls Matter”; a #SayHerName, amplo esforço para denunciar a brutalidade policial contra as afro-americanas; e a

#HerDreamDeferred, em torno de uma série de eventos relacionados à Declaração das Nações Unidas de 2015, para marcar o início do programa Década Internacional de Afrodescendentes. Influenciadas pela filosofia interseccional de seu principal centro, essas atividades do AAPF ilustram a sinergia entre investigação e práxis.

Uma terceira iniciativa de combate à violência também reflete a relação sinérgica entre investigação e práxis críticas. Organizações mais radicais contra a violência, como a do grupo INCITE!, formado por mulheres, pessoas não conformantes de gênero e pessoas trans de cor, que exige que a violência institucionalizada seja detectada em todas as suas formas para pôr fim à violência contra grupos multiplamente oprimidos. Nas palavras da INCITE!, o objetivo é “pôr fim a todas as formas de violência contra mulheres, não conformantes de gênero e pessoas trans de cor e suas comunidades”. A organização abrange grupos de movimentos de base locais e afiliados nos Estados Unidos que atuam em questões como violência policial, justiça reprodutiva, justiça na mídia e projetos políticos similares. É significativo o uso de uma estrutura de análise e ação chamada “interseções perigosas”:

Na base do nosso trabalho há uma estrutura que chamamos de interseções perigosas. Isso significa que mulheres, não conformantes de gênero e pessoas trans de cor vivem na perigosa interseção entre sexismo e racismo, além de outras opressões. [...] movimentos contra a violência sexual e doméstica têm sido fundamentais para romper o silêncio em torno da violência contra as mulheres. Porém, à medida que esses movimentos se profissionalizam e se despolitizam, eles, muitas vezes, relutam em abordar como a violência opera de maneira institucionalizada e contra pessoas oprimidas. A INCITE! reconhece que é *impossível* tratar seriamente a violência sexual e a violência cometida por parceiros íntimos nas comunidades de cor sem abordar essas estruturas maiores de violência (o que inclui o militarismo, os ataques aos direitos dos imigrantes e aos tratados indígenas, proliferação de penitenciárias, neocolonialismo econômico, indústria médica etc.). Portanto, nossa mobilização é focada em locais onde a violência do Estado e a violência sexual/cometida por parceiro íntimo se cruzam. [55]

Existem muito mais organizações de base (como a INCITE!) que projetos calcados na internet (como o One Billion Rising) ou organizações de defesa de políticas (como o AAPF). A práxis localmente engajada da INCITE! significa que sua análise pode ser mais radical, e sua situação financeira, mais precária, o que cria desafios específicos para manter a organização ao longo do tempo, de modo que ela possa se engajar contra todas as formas de violência. A INCITE! mantém uma página na internet que dá continuidade a sua missão inicial; sua declaração política está ligada a sua prática de base; e os desafios que enfrenta são semelhantes aos de outras organizações de base que discutiremos nos próximos capítulos.

O movimento One Billion Rising, as iniciativas do AAPF em relação às políticas públicas e a organização de base da INCITE! concordam na necessidade de combater a violência e recorrer à interseccionalidade para dar forma a suas ações. Porém, a sinergia entre investigação e práxis que buscamos nesses casos difere drasticamente. O One Billion Rising é um centro de coordenação global de uma infinidade de projetos (que precisa de apoio para seu esforço de coordenação); os projetos específicos que compõem sua rede global são locais e/ou regionais e têm de encontrar formas de se financiar. Como essa rede é muito grande, os projetos locais podem integrar ou abandonar o movimento sem afetar demasiado sua missão abrangente. O One Billion Rising ilustra os benefícios do ativismo virtual como compartilhamento de ideias, mas sua capacidade restrita de definir políticas públicas dentro e entre Estados-nação aponta para as limitações do ativismo virtual como único mecanismo no caso de iniciativas contra a violência. Em contraste, o AAPF atua com políticas públicas. Para dar continuidade à missão de influenciar políticas públicas, deve ter apoio financeiro e institucional substancial. Suas publicações, campanhas em mídias sociais e reuniões em prefeituras são dispositivos nacionais destinados a informar e mobilizar o público em favor de iniciativas de combate à violência. No entanto, esse apoio institucional pode vir de redes institucionais de universidades, filantropia e governos, que não apenas querem saber como seu dinheiro está sendo gasto, o que é compreensível, mas também podem tentar interferir na governança interna ou nas orientações das entidades financiadas. Organizações de base, como a INCITE!, sobrevivem em condições financeiras e políticas mais precárias, todavia sua condição de marginalidade também expõe características marcantes de seu trabalho crítico. Notáveis diferenças de opinião em torno da questão da violência também permeiam a compreensão do combate à violência, fornecendo uma oportunidade útil para observarmos a sinergia entre investigação e práxis críticas da interseccionalidade.

No capítulo 1, argumentamos que as relações de poder devem ser analisadas tanto por meio de suas interseções (por exemplo, racismo e sexismo) quanto entre domínios do poder (estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais). A violência pode ser analisada tanto pela maneira como atravessa os sistemas de poder interseccionais como pela maneira como é organizada entre os domínios do poder. Em contextos sociais variados, o uso ou a ameaça de violência é central nas relações de poder que produzem desigualdades sociais. Uma análise interseccional revela não apenas como a violência é entendida e praticada dentro de sistemas fechados de poder, mas também como constitui um fio comum que liga racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo. Ao questionar como as formas de

violência dentro de sistemas separados podem de fato se interconectar e se apoiar mutuamente, a estrutura analítica da interseccionalidade abre novos caminhos de investigação. Como a violência tem sido uma preocupação para feministas, lideranças antirracistas, intelectuais, lideranças comunitárias e profissionais de diversos campos de estudo, a investigação e a práxis interseccionais oferecem uma compreensão mais sólida da violência.

Descobrimos a interseccionalidade em lugares improváveis

O trabalho do economista Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel, não costuma ser relacionado à interseccionalidade. No entanto, sua abordagem para trabalhar com pessoas pobres de áreas rurais e seus estudos, em que promove uma nova maneira de conceituar e remediar a pobreza, têm implicações potenciais para a práxis crítica da interseccionalidade. Yunus é conhecido por criar um modelo de microcrédito que oferece acesso a pequenos empréstimos às pessoas pobres. É significativo que seu sistema alternativo de financiamento não apenas as ajude, mas também apresente uma crítica a aspectos específicos do capitalismo. Yunus reconhece que “o capitalismo está em séria crise” e identifica causas econômicas e físicas imediatas para as crises na área de alimentação, energia e meio ambiente. Ele afirma: “Todas essas crises têm algo em comum. Todas refletem a inadequação do sistema econômico atual. Em cada caso, enfrentamos problemas sociais que não podem ser resolvidos apenas pelo livre mercado, como se acredita atualmente”^[56]. Ao tratar da grande convulsão gerada pelo colapso de 2008 nos principais setores do sistema financeiro global, afirma: “Uma coisa é evidente. O sistema financeiro quebrou devido a uma distorção fundamental de seu objetivo básico”^[57]. Além disso,

a pobreza não foi criada pelas pessoas pobres, mas é resultado do sistema socioeconômico que projetamos para o mundo [...] a confiança em conceitos falhos explica por que as interações entre instituições e pessoas resultaram em políticas que produzem pobreza para tantos seres humanos, em vez de reduzi-la. A culpa pela pobreza, portanto, está no topo da sociedade, é de intelectuais e formuladores de políticas. Ela não é reflexo de uma falta de capacidade, vontade ou esforço por parte das pessoas empobrecidas.^[58]

Esse é um esboço sucinto das principais ideias de seus estudos sobre a pobreza. Reconhecemos que as críticas feministas à maneira como Yunus aborda a pobreza levantam pontos importantes. Yunus não é um pensador social marxista nem um crítico feminista, tampouco um estudioso antirracista. Nas práticas predominantes de categorização dos pensadores para o engajamento com suas ideias, ele não se encaixa perfeitamente em nenhuma. Sua rejeição de uma hipótese central do capitalismo torna sua práxis discretamente radical.

Nossa preocupação é menos a substância da ideia de economia com que Yunus ganhou o Prêmio Nobel ou com a ampliação de suas ideias em um contexto global e mais a forma como a sinergia entre investigação e práxis crítica moldou essa nova abordagem dos desafios enfrentados por pessoas pobres de áreas rurais. Nós nos perguntamos que tipo de prática crítica levou Yunus a seguir essa linha específica de

investigação. Muitas pessoas estudam a pobreza rural, mas a pobreza não era a área de conhecimento acadêmico de Yunus. Inúmeros formuladores e formuladoras de políticas se propuseram a remediar a pobreza decorrente das desigualdades econômicas globais que discutimos no capítulo 1, mas esse não era o objetivo principal de Yunus. Ele não partiu das estruturas interpretativas já existentes da interseccionalidade nem elaborou uma análise de gênero sobre o capitalismo global e a feminização da pobreza. Ele também não se envolveu com o capitalismo nos mesmos termos que os teóricos políticos marxistas. Então, como desenvolveu uma nova abordagem da pobreza?

Na versão transcrita de uma palestra proferida na Universidade da Cidade de Nova York^[59], Yunus conta como iniciou seu projeto de microcrédito para pessoas pobres. Em vez de abordar a pobreza com os métodos padrão de pesquisa científica – por exemplo, identificando perguntas e argumentos na literatura, elaborando e depois “testando” hipóteses em campo (sobre pessoas pobres) –, Yunus começou prestando atenção à pobreza na área rural de Bangladesh. Ele descreve como começou seu trabalho:

Não foi porque eu estava fazendo muita pesquisa ou porque era um membro sério da universidade [...] As circunstâncias em que eu me encontrava em Bangladesh, naquela universidade, naquela situação, de alguma forma, a gente se sente forçado a fazer alguma coisa. A situação era tão terrível ao redor, no *campus*, no país. A gente sente o desespero da situação que nos leva a fazer alguma coisa [...] a universidade onde eu trabalhava ficava perto das aldeias [...] a gente vê as terríveis condições. É um *campus* bonito, mas, do lado de fora, uma vila terrível.^[60]

Yunus se perguntou: “Posso fazer alguma coisa de útil para uma pessoa, ainda que seja por um dia?”. Essa pergunta simples despertou o que, para o sociólogo Charles Wright Mills, é “imaginação sociológica” como sinergia entre biografia, história e sociedade^[61]. Começando de forma modesta e trabalhando de baixo para cima, a partir de coisas aparentemente insignificantes, Yunus pôde pensar fora da caixa da teoria econômica predominante e reformular o modo como compreendia por que as pessoas vivem na pobreza nas áreas rurais. Ele não abandonou a teoria econômica dominante, mas a colocou entre parênteses, tentando ver o mundo como as pessoas pobres o viam. A partir desse novo ângulo de visão adquirido com essa prática, pôde formular novas ideias e estratégias que visavam a ajudar pessoas pobres.

Yunus começou a fazer pequenas coisas para as pessoas que residiam nas aldeias perto da universidade e, nesse processo, passou a entender a vida na aldeia e a vida das pessoas. Essa perspectiva íntima, pessoal e de baixo para cima convenceu-o de que a concessão de empréstimos contribuía para manter as pessoas pobres em

situação de pobreza. Economista capacitado, Yunus sabia que a concessão de empréstimos ultrapassava em muito aquela única vila e ocorria não apenas em Bangladesh; era, sim, um problema global^[62]. Ajudar as pessoas pobres naquelas condições parecia um quebra-cabeça teórico e político aparentemente insolúvel. Yunus descreve seu momento de descoberta:

De repente me ocorreu que eu poderia fazer alguma coisa! E era uma ideia muito simples, e segui em frente. A ideia era: por que não empresto dinheiro para que as pessoas venham me procurar? Assim não precisam procurar agiotas. Por que continuar gritando e escrevendo artigos sobre empréstimos concedidos por agiotas? Posso fazer alguma coisa emprestando meu dinheiro.^[63]

A estratégia de emprestar seu próprio dinheiro às pessoas que residiam nas aldeias, confiando que elas o devolveriam, ia muito além da teoria e da prática econômica tradicional. Contudo, elas pagaram o empréstimo. Yunus, ao emprestar o dinheiro devolvido a outras pessoas, percebeu que não podia mais cobrir os empréstimos com seu próprio dinheiro. As pessoas pobres que se tornaram economicamente mais estáveis devido ao microcrédito que receberam, primeiro de Yunus e depois umas das outras, tornaram-se credoras de outras que precisavam de microcrédito. A maneira como ele abordava o comércio bancário seguia princípios drasticamente diferentes daqueles dos bancos tradicionais. Isso levou as pessoas pobres a financiar umas às outras e reconfigurou as relações entre credores e devedores. Os empréstimos iniciais cresceram e se tornaram o banco Grameen, um banco de vilarejo criado em 1983 que possuía, em 2017, cerca de 2.600 agências em Bangladesh e atendia a 97% das aldeias do país, com 9 milhões de mutuários (97% dos quais mulheres). É significativo destacar que o banco é de propriedade desses mutuários e mutuárias. Yunus descreve como a filosofia do banco Grameen difere da dos bancos convencionais:

Os bancos convencionais exigem garantias, e isso é um grande problema. Você precisa ter muito dinheiro para obter muito dinheiro de um banco. No primeiro dia, dissemos: esqueça isso. Se você pede garantias, não alcança as pessoas pobres, porque essas pessoas são as que não têm nada. Então, revertemos a coisa toda; nós não pedimos garantias. Como a gente faz, então? Construimos um relacionamento entre as pessoas e o banco [...] o banco todo é baseado na confiança.^[64]

A filosofia de Yunus por trás do que ele desenvolveu e acabou se tornando uma iniciativa global ilustra a sinergia entre uma postura de práxis crítica e uma investigação crítica. A decisão de agir e a investigação de baixo para cima complementaram seus conhecimentos de economista capacitado. A abordagem de Yunus também o levou à interseccionalidade, mas não da forma tradicional. Seu projeto inicial era encontrar maneiras de ajudar as pessoas pobres dentro da

estrutura capitalista. Contudo, esse ímpeto estimulou conexões entre classe e gênero: “Observei os bancos convencionais [...]. Depois que soube como funcionavam, fui em frente e fiz o contrário. E funcionou [...] eles se dirigem às pessoas ricas; eu me dirijo às pessoas pobres; eles se dirigem aos homens; eu me dirijo às mulheres; eles procuram o centro das cidades; eu procuro as aldeias remotas”^[65]. Além disso, como não via as pessoas pobres em termos essencialistas, isto é, como uma pessoa pobre genérica ou uma mulher genérica, ele era receptivo às identidades múltiplas e interseccionais das pessoas que responderam ao projeto. O uso das categorias de classe, gênero e região não precedeu seu projeto, mas emergiu de dentro dele, com sua utilidade comprovada por seu funcionamento. Yunus passou a usar as categorias de classe, gênero e localização não apenas para explicar os problemas existentes, mas também para resolvê-los.

Yunus não pode ser facilmente categorizado em nenhum meio acadêmico ou metodologia predominante. Sua análise e sua práxis única merecem uma investigação mais aprofundada de especialistas em interseccionalidade, na medida que elas abordam temas relevantes para a interseccionalidade. Em primeiro lugar, Yunus se engajou em uma forma de pesquisa ativista sem a necessidade de uma estrutura de pesquisa ativista ou de uma identidade de pesquisador ativista para seguir essa orientação. Sua formação em economia o predispunha a distanciar-se da ação direta. No entanto, sua atuação ao longo de trinta anos à frente do banco Grameen e de negócios sociais relacionados possui semelhanças com as tradições de pesquisa ativista que aparentemente tiveram pouca influência em seu projeto.

Os estudos ativistas são conhecidos por muitos nomes, entre eles pesquisa de ação, pesquisa-ação participativa, pesquisa colaborativa, pesquisa engajada e pesquisa intelectual pública. Em sua introdução a *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship* [Contradições engajantes: teoria, políticas e métodos do estudo ativista], Charles Hale argumenta que a pesquisa e o engajamento político podem ser mutuamente enriquecedores e oferece uma ampla gama de perspectivas disciplinares e interdisciplinares sobre a aproximação dessas duas categorias. Como ele aponta, “os ensaios aqui reunidos têm como objetivo cultivar um campo, não encher um recipiente”^[66]. Sua pesquisa de campo rendeu muitas obras de uma variedade de recipientes – tentativas de estabelecer um terreno de definição e, em seguida, estabelecer regras, procedimentos e melhores práticas, muitas vezes em um tom de manual do tipo “como fazer”. Em contrapartida, o desafio de seu livro é “fornecer um mapeamento geral de como as pessoas pensam e praticam estudos ativistas, deixando o processo de pesquisa totalmente aberto à contradição, ao acaso e à crítica reflexiva”^[67]. A gama de ensaios reunidos no

volume detalha a heterogeneidade de abordagens e temas que se enquadram no título “pesquisa ativista”.

Curiosamente, o exemplo do banco Grameen e a eficácia de sua abordagem no caso da pobreza rural também têm pontos semelhantes com os princípios da pesquisa-ação participativa (PAP), que envolve pesquisa empírica sistemática em colaboração com representantes da população sob investigação, com o objetivo de agir ou intervir em questões ou problemas em estudo. A PAP baseia-se no trabalho de especialistas críticos, como Paulo Freire^[68], que enfatiza quão importante é para as pessoas oprimidas questionar e intervir nas condições de sua opressão. A PAP reflete pressupostos epistemológicos de que o entendimento autêntico dos problemas sociais exige o conhecimento de pessoas diretamente afetadas por eles. O conhecimento local é essencial para todas as etapas da PAP, e pesquisadores externos – por exemplo, de uma universidade – não são especialistas, mas colaboradores que, como copesquisadoras ou copesquisadores locais, trazem habilidades e conhecimentos específicos ao processo de pesquisa^[69]. Não há evidências de que Yunus conhecesse a PAP ou a tenha usado como guia em seu trabalho. Mas a ideia de trabalhar com pessoas pobres que definem seus próprios problemas, implementar soluções que funcionam (tomar medidas concretas) e avaliar as ações por seus resultados (melhorar a vida das pessoas pobres como meta digna) permeia esse caso.

O projeto do banco Grameen se assemelha a algumas das dimensões clássicas da PAP e difere de outras. Por exemplo, a maioria dos projetos de PAP concentra-se com frequência em populações desfavorecidas e tem objetivos explicitamente políticos. Yunus trabalhou com uma população multiplamente privada de direitos e, embora o projeto tenha tido implicações políticas importantes, seu objetivo inicial não era explicitamente político. O microcrédito não se ajusta aos quadros predominantes do que leva uma ação social a ser política; contudo, seus resultados tiveram impacto político. Da mesma forma, Yunus foi coparceiro no trabalho com mulheres pobres de zonas rurais. Como a pesquisa não era o objetivo principal, mas parte do processo de ajudar as pessoas pobres, essa forma de pesquisa ativista poderia facilmente ser descrita como um ativismo baseado na pesquisa. A sinergia é a força por trás da criação do banco Grameen.

Em segundo lugar, copesquisadoras e copesquisadores podem ser incluídos em diversos estágios do processo da PAP. Como Brown e Rodriguez explicam:

Copesquisadoras e copesquisadores locais têm um papel essencial na concepção, na criação e na implementação do estudo, que pode mudar em função de fatores como necessidades da população estudada, descobertas ou resultados das ações. Assim, o processo de pesquisa é mais orgânico e dinâmico que em uma pesquisa convencional, em que a criação da pesquisa é predeterminada e fixa.^[70]

A comparação da PAP com uma metodologia de pesquisa mais tradicional permite que alguns desafios metodológicos enfrentados por ela sejam identificados, a saber, críticas de que não é metodologicamente especificada e é otimista em excesso^[71].

No entanto, o elemento principal que distingue a PAP das pesquisas mais tradicionais reside no entendimento da ação. Ações, campanhas ou influência sobre políticas, por exemplo, devem trazer uma mudança positiva que seja relevante para os objetivos e as conclusões do estudo, para o contexto em que a ação ocorre e para necessidades, interesses e formas de conhecer e se comunicar das pessoas que participaram do estudo. A eficácia da intervenção, baseada nos dados, é uma dimensão vital para avaliar a validade da PAP^[72]. Aqui, o caso do banco Grameen aponta para uma ação dentro de uma trajetória sustentada por um longo período. Não se trata de uma ação episódica dentro de um estudo que usa a PAP como método, trabalha um curto período com pessoas privadas de direitos e depois adota outros métodos para estudar a pobreza. Em vez disso, o trabalho de Yunus à frente do banco Grameen constitui uma metodologia, uma maneira de trabalhar na sinergia entre investigação e práxis que enriquece potencialmente a ambas e é relevante para quem estuda interseccionalidade.

O que significa ser crítico?

Nossa discussão sobre a interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas levanta uma questão importante: o que significa ser crítico? No sentido em que é usado neste livro, o termo “crítico” significa criticar, rejeitar e/ou tentar corrigir problemas sociais que surgem em situações de injustiça social. Esse significado é extraído dos movimentos sociais do século XX que buscavam equidade, liberdade e justiça social. As pessoas envolvidas nos movimentos sociais por libertação anticolonial, direitos das mulheres, fim da segregação racial e liberdade sexual sabiam que suas ideias e ações eram importantes. No cenário histórico específico de um mundo que defendia o fim da segregação e da colonização, ser crítico exigia uma autorreflexividade de pensamento, sentimento e ação sobre a própria prática, bem como abertura a projetos semelhantes. Estudiosos, estudiosas e praticantes contemporâneos interessados na interseccionalidade demonstram em geral sensibilidades similares em relação às desigualdades sociais e aos problemas sociais causados por elas. Buscam análises de questões sociais que não apenas descrevem o mundo, mas tomam posição. Esses projetos costumam criticar injustiças sociais que caracterizam complexas desigualdades sociais, imaginar alternativas e/ou propor estratégias de ação viáveis para a mudança. Os diversos projetos críticos descritos neste capítulo refletem essa sensibilidade crítica.

Embora este livro entenda a interseccionalidade como um esforço crítico, a interseccionalidade não é universalmente entendida e praticada dessa maneira. Quando se trata de interseccionalidade, é muito importante prestar atenção à maneira como pensadoras, pensadores e profissionais exercem a crítica. Surpreendentemente, alguns projetos invocam a retórica interseccional em defesa de um *status quo* injusto, usam estruturas interseccionais para criticar a inclusão democrática. Eles podem usar a interseccionalidade como ferramenta analítica para justificar a desigualdade social. Por exemplo, o estudo de Jessie Daniels sobre a literatura supremacista branca ilustra a maneira como esta última identifica as conexões entre mulheres, pessoas negras, pessoas de origem judaica, “*mud people*”^[c], lésbicas e várias formas de mistura racial como a origem do declínio dos homens brancos^[73]. Segundo o discurso supremacista branco, homens negros supostamente levam mulheres brancas de bem a se desviarem, em geral seduzindo-as sexualmente. Esse contato sexual inter-racial arruína efetivamente as mulheres brancas, mas melhora o *status* dos homens negros. “*Mud people*”, ou os indivíduos de raça mista que resultam dessas uniões, são um lembrete tangível do embaçamento do tabu dos

limites raciais. Lésbicas, que supostamente são judias, forçam as mulheres brancas a abraçar os valores feministas. O resultado, conforme a literatura supremacista branca, é que a mistura de raças, gêneros, sexualidades e religiões contribui para a queda dos homens brancos das posições de superioridade econômica e política^[74]. Ironicamente, a interseccionalidade como ferramenta analítica é empregada não como ferramenta de inclusão democrática, mas para justificar a segregação racial, étnica, sexual e de gênero e a desigualdade social. Esse exemplo sugere que, se o discurso supremacista branco consegue encontrar maneiras de desenvolver argumentos interseccionais, projetos igualmente controversos, como o nacionalismo branco, o populismo de direita e o fascismo, também conseguirão fazê-lo^[75].

“Crítico” não é necessariamente o mesmo que ser progressista. Esses termos aparecem em geral combinados, dando a impressão de que sabemos o que significa “crítico” antes de usá-lo. Ser progressista (ou conservador) não significa carregar de uma situação para outra uma caixa de ferramentas cheia de crenças “críticas” predefinidas e aplicá-las mecanicamente. Isso pode levar a uma crítica dogmática que se baseia em ideias de policiamento. Em contrapartida, se as ações sociais específicas são, de fato, críticas, não se mede por fórmulas ideológicas abstratas (sejam conservadoras, progressistas, liberais ou radicais), mas pela maneira como as ideias são usadas em contextos históricos e sociais específicos. Em 1968, a ativista afro-americana Fannie Lou Hamer criticou a política de segregação racial do Mississippi exigindo seu direito ao voto; ela pagou caro por suas ações. Ao enfrentar a injustiça racial, perdeu sua casa, foi espancada e presa. Esquecemos que no Mississippi, em 1968, mulheres e homens afro-americanos que, como cidadãs e cidadãos, tentaram exercer seu direito ao voto aderiram a ações não apenas progressistas, mas também radicais. Suas ações não precisaram de um selo de aprovação acadêmico ideológico. Seria bom lembrar que os estudos e as práticas que reivindicam a linguagem da interseccionalidade e da crítica devem refletir uma sinergia de investigação e práxis.

[1] Nossa abordagem da interseccionalidade como forma de investigação crítica baseia-se na noção de campos de poder nas escolas e outras instituições sociais desenvolvida pelos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (*Reproduction in Education, Society, and Culture*, Beverly Hills, Sage, 1977). A interseccionalidade como forma de investigação crítica toma várias formas nas disciplinas acadêmicas, nas instituições acadêmicas e nos contextos nacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma diferença na forma como a interseccionalidade é organizada, ensinada e valorizada nas faculdades de artes e ciências de elite e nas faculdades comunitárias. O corpo docente e o discente dessas instituições têm acesso diferenciado a recursos

que moldam o conteúdo e a forma de seu engajamento com a interseccionalidade. Uma noção ampla da interseccionalidade como forma de investigação crítica vê a interseccionalidade heterogeneamente organizada nas faculdades, nas universidades e em outros locais de produção de conhecimento.

[2] Bonnie Thornton Dill, “Work at the Intersections of Race, Gender, Ethnicity, and Other Dimensions of Difference in Higher Education”, *Connections: Newsletter of the Consortium on Race, Gender, & Ethnicity*, 2002, p. 5-7; “Intersections, Identities, and Inequalities in Higher Education”, em Bonnie Thornton Dill e Ruth Zambrana (orgs.), *Emerging Intersections: Race, Class, and Gender in Theory, Policy, and Practice* (New Brunswick, Rutgers University Press, 2009), p. 229-52.

[3] Bonnie Thornton Dill e Ruth Zambrana (orgs.), *Emerging Intersections*, cit., p. 229.

[4] Bonnie Thornton Dill, “Our Mothers’ Grief: Racial Ethnic Women and the Maintenance of Families”, *Journal of Family History*, v. 13, 1988, p. 415-31.

[5] Patricia Hill Collins, “Pushing the Boundaries or Business as Usual? Race, Class, and Gender Studies and Sociological Inquiry”, em Craig Calhoun (org.), *Sociology in America: A History* (Chicago, University of Chicago Press, 2007), p. 588-92.

[6] Bonnie Thornton Dill, “Intersections, Identities, and Inequalities in Higher Education”, cit., p. 229.

[7] Idem, “Work at the Intersections of Race, Gender, Ethnicity, and Other Dimensions of Difference in Higher Education”, cit., p. 6. Dill afirma: “Por fim, é uma perspectiva teórica que insiste em examinar a multidimensionalidade da experiência humana” (idem). Não desenvolvemos esse tema neste livro, mas destacamos que quem estuda raça/classe/gênero entende seu trabalho como uma perspectiva teórica.

[8] Irene Browne e Joy Misra, “The Intersection of Gender and Race in the Labor Market”, *Annual Review of Sociology*, v. 29, 2003, p. 487-513.

[9] Bonnie Thornton Dill, “Our Mothers’ Grief”, cit.; Nancy Naples, “Activist Mothering: Cross-Generational Continuity in the Community Work of Women from Low-Income Urban Neighborhoods”, em Esther Ngan-Ling Chow, Doris Wilkinson e Maxine Baca Zinn (orgs.), *Race, Class, and Gender: Common Bonds, Different Voices* (Thousand Oaks, Sage, 1996), p. 223-45; Maxine Baca Zinn, “The Family as a Race Institution”, em Patricia Hill Collins e John Solomos (orgs.), *The Sage Handbook of Race and Ethnic Studies* (Londres, Sage, 2010), p. 357-82.

[10] Bonnie Thornton Dill e Ruth Zambrana (orgs.), *Emerging Intersections*, cit.

[11] Patricia Hill Collins, “Pushing the Boundaries or Business as Usual?”, cit.

[12] Floya Anthias e Nira Yuval-Davis, *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle* (Nova York, Routledge, 1992); Chela Sandoval, *Methodology of the Oppressed* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 2000).

[13] Jacqui Alexander e Chandra Talpade Mohanty, “Introduction: Genealogies, Legacies, Movements”, em Jacqui Alexander e Chandra Talpade Mohanty (orgs.), *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures* (Nova York, Routledge, 1997); Anne McClintock, *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest* (Nova York, Routledge, 1995), p. xiii–xlii [ed. bras.: *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, trad. Plínio Dentzien, Campinas, Editora da Unicamp, 2010]; Ann Laura Stoler, *Race and the Education of Desire: Foucault’s History of Sexuality and the Colonial Order of Things* (Durham, Duke University Press, 1995).

[a] Teoria Lat-Crit – estudos latinos com suporte da teoria racial crítica. (N. T.)

[14] Athena Matua, “Law, Critical Race Theory and Related Scholarship”, em Patricia Hill Collins e John Solomos (orgs.), *The Sage Handbook of Race and Ethnic Studies*, cit., p. 275-305.

[15] Kimberlé Williams Crenshaw et al. (orgs.), *Critical Race Theory: The Key Writings that Formed the Movement* (Nova York, The New Press, 1995).

[16] Jane Addams, *Twenty Years at Hull-House* (Cutchogue, Buccaneer, 1994).

[17] Ver, por exemplo, Lettie Lockhart e Fran Danis (orgs.), *Domestic Violence: Intersectionality and Culturally Competent Practice* (Nova York, Columbia University Press, 2010); Yvette Murphy et al. (orgs.), *Incorporating Intersectionality in Social Work Practice, Research, Policy, and Education* (Washington, DC, NASW Press, 2009); Nathalie Sokoloff e Christina Pratt (orgs.), *Domestic Violence at the Margins: Readings on Race, Class, Gender, and Culture* (New Brunswick, Rutgers University Press, 2005).

[18] Jill McCorkel, *Breaking Women: Gender, Race, and the New Politics of Imprisonment* (Nova York, New York University Press, 2013).

[19] Amy Schulz e Leith Mullings (orgs.), *Gender, Race, Class and Health: Intersectional Approaches* (San Francisco, Jossey-Bass, 2006); Lynn Weber e Elizabeth Fore, “Race, Ethnicity, and Health: An Intersectional Approach”, em Hernan Vera e Joe Feagin (orgs.), *Handbook of the Sociology of Racial and Ethnic Relations* (Nova York, Springer, 2007), p. 191-218.

[20] Olena Hankivsky (org.), *An Intersectionality-Based Policy Analysis Framework* (Vancouver, Simon Fraser University, 2012).

[21] A quantidade de livros e teses sobre a interseccionalidade também é um bom indicador da vitalidade acadêmica. A variedade de tópicos é ampla e, enquanto escrevemos este livro, aumenta depressa. Estruturas interseccionais são empregadas nas seguintes áreas: teoria *queer/trans* de cor; estudos críticos sobre deficiência; estudos nativos críticos; estudos sobre a diáspora/migração *queer*; estudos étnicos críticos; justiça transformadora; justiça reprodutiva; estudos prisionais críticos; violência por parceiro íntimo; desastres ecológicos; direitos humanos; delinquência juvenil; justiça restaurativa e transformadora; mercado de trabalho globalizado; representações da mídia; mídia digital e social; voz, agência e resistência política; pedagogia crítica; mudança social; e identidades. Gostaríamos de ter espaço suficiente para apresentar esses estudos florescentes, que prometem orientar as futuras direções da interseccionalidade.

[22] A maioria dos livros publicados são coletâneas ou antologias. Desde 2000, vários livros foram publicados com o termo “interseccionalidade” no título, ou combinações variadas dos termos “raça”, “classe”, “gênero”, “etnia”, “sexualidade” e “deficiência”. Esses livros expandem substancialmente as áreas de investigação e aplicação de estruturas interseccionais não apenas ao fazer a interseccionalidade dialogar com vários campos e tópicos, mas também ao engajá-la para enfrentar uma variedade de fenômenos sociais em todo o mundo. Dada a impossibilidade de fazer justiça à profundidade e amplitude dessa literatura em um espaço tão limitado, abtivemo-nos de listar títulos.

[23] O número de revistas acadêmicas que publicam edições especiais sobre interseccionalidade tem aumentado em ritmo constante. Na última década, alcançaram, juntamente com a maior especialização do conteúdo, escopo geográfico e pluralidade linguística mais amplos (com edições especiais publicadas em outros idiomas, além do inglês). Leitoras e leitores interessados podem encontrar facilmente essas questões específicas por meio de pesquisa em bancos de dados.

[24] Patricia Hill Collins, “Pushing the Boundaries or Business as Usual?”, cit.

[25] Evelyn Nakano Glenn, “Gender, Race, and Class: Bridging the Language-Structure Divide”, *Social Science History*, v. 22, 1998, p. 32. Grifo nosso.

[26] Nirmala Erevelles, *Disability and Difference in Global Contexts: Enabling a Transformative Body Politics* (Nova York, Palgrave-Macmillan, 2011).

[27] Juan Battle et al., *Say It Loud, I'm Black and I'm Proud: Black Pride Survey 2000* (Nova York, Policy Institute of the National Gay and Lesbian Task Force, 2002); Cathy Cohen e Tamara Jones, "Fighting Homophobia versus Challenging Heterosexism: 'The Failure to Transform' Revisited", em Eric Brandt (org.), *Dangerous Liaisons: Blacks, Gays, and the Struggle for Equality* (Nova York, The New Press, 1999), p. 80-101.

[28] Sirma Bilge, "Developing Intersectional Solidarities: A Plea for Queer Intersectionality", em Malinda Smith e Fatima Jaffer (orgs.), *Beyond the Queer Alphabet: Conversations in Gender, Sexuality and Intersectionality* (Edmonton, University of Alberta, Teaching Equity Matters E-book Series, 2012).

[29] Estudiosas e estudiosos referem-se à interseccionalidade como uma perspectiva (Irene Browne e Joy Misra, "The Intersection of Gender and Race in the Labor Market", cit.), um conceito (Gudrun-Alexi Knapp, "Race, Class, Gender: Reclaiming Baggage in Fast Travelling Theories", *European Journal of Women's Studies*, v. 12, 2005, p. 249-65), um tipo de análise (Jennifer Nash, "Rethinking Intersectionality", *Feminist Review*, v. 89, 2008, p. 1-15; Nira Yuval-Davis, "Intersectionality and Feminist Politics", *European Journal of Women's Studies*, v. 13, 2006, p. 193-210), uma abordagem metodológica (Amy Steinbugler, Julie Press e Janice Johnson Dias, "Gender, Race and Affirmative Action: Operationalizing Intersectionality in Survey Research", *Gender and Society*, v. 20, 2006, p. 805-25), um paradigma de pesquisa (Ange-Marie Hancock, "When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition: Examining Intersectionality as a Research Paradigm", *Perspectives on Politics*, v. 5, 2007, p. 63-79) ou uma variável mensurável e um tipo de dado (Lisa Bowleg, "When Black + Lesbian + Woman (Does Not Equal) Black Lesbian Woman: The Methodological Challenges of Qualitative and Quantitative Intersectionality Research", *Sex Roles*, v. 59, 2008, p. 312-25). Hancock também entende a interseccionalidade como algo que "experimentamos" em nossa própria vida. Essa conceitualização da interseccionalidade sustenta o uso de uma série de métodos narrativos, como autobiografias, autoetnografias e etnografias (individuais e coletivas), que são frequentes nos estudos interseccionais.

[30] Lisa Bowleg, "When Black + Lesbian + Woman (Does Not Equal) Black Lesbian Woman", cit.; Ange-Marie Hancock, "Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm", *Politics and Gender*, v. 3, 2007, p. 248-55; "When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition", cit.

[31] Como houve uma espécie de vácuo nos estudos que analisam explicitamente como a interseccionalidade afeta a metodologia de pesquisa, a taxonomia da categorização interseccional proposta por Leslie McCall ("The Complexity of Intersectionality", *Signs*, v. 30, 2005, p. 1.771-800) recebeu uma atenção considerável nos estudos interseccionais. Olhar além da corrente principal da interseccionalidade, no entanto, gera outros entendimentos epistemológicos. A feminista mexicano-americana Chela Sandoval, especialista em pós-colonialismo, afirma que a metodologia não é politicamente imparcial e propõe em seu lugar uma "metodologia dos oprimidos" (ver Chela Sandoval, *Methodology of the Oppressed*, cit.). Conforme discutimos neste capítulo, os estudos ativistas levantam novas questões sobre interseccionalidade e metodologia (Charles Hale, "Introduction", em *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship*, Berkeley, University of California Press, 2008, p. 1-28).

[32] Jennifer Nash, "Rethinking Intersectionality", cit.

[33] Leslie McCall, "The Complexity of Intersectionality", cit.

[34] Jennifer Jihye Chun, George Lipsitz e Young Shin, "Intersectionality as a Social Movement Strategy: Asian Immigrant Women Advocates", *Signs*, v. 38, 2013, p. 917-40.

[35] Ibidem, p. 918.

- [36] Ibidem, p. 920.
- [37] Mark Warren, *Dry Bones Rattling: Community Building to Revitalize American Democracy* (Princeton, Princeton University Press, 2001), p. 4.
- [38] Dorothy Roberts e Sujatha Jesudason, “Movement Intersectionality: The Case of Race, Gender, Disability, and Genetic Technologies”, *Du Bois Review*, v. 10, 2013, p. 313-4.
- [39] Tiffany Manuel, “Envisioning the Possibilities for a Good Life: Exploring the Public Policy Implications of Intersectionality Theory”, *Women, Politics and Policy*, v. 28, 2006, p. 173-203.
- [40] Olena Hankivsky (org.), *An Intersectionality-Based Policy Analysis Framework*, cit.
- [41] Ver Michael Freeman, *Human Rights* (Cambridge, Polity, 2011), p. 5.
- [42] Maylei Blackwell e Nadine Naber, “Intersectionality in an Era of Globalization: The Implications of the UN World Conference against Racism for Transnational Feminist Practices”, *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, v. 2, 2002, p. 237-48; Kimberlé Williams Crenshaw, “Background Paper for the Expert Meeting on the Gender-Related Aspects of Race Discriminations”, Zagrebe, WCAR Documents, 21-24 nov. 2000.
- [43] Nancy Naples, “Teaching Intersectionality Intersectionally”, *International Feminist Journal of Politics*, v. 11, 2009, p. 573.
- [44] Ibidem, p. 574.
- [45] Patricia Hill Collins, *On Intellectual Activism* (Filadélfia, Temple University Press, 2012).
- [46] Margaret Andersen e Patricia Hill Collins (orgs.), *Race, Class and Gender: Intersections and Inequalities* (10. ed., Belmont, Wadsworth, 2020).
- [47] Michele Berger e Kathleen Guidroz (orgs.), *The Intersectional Approach: Transforming the Academy through Race, Class & Gender* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2009).
- [48] Lynn Weber, “A Conceptual Framework for Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality”, *Psychology of Women Quarterly*, v. 22, 1998, p. 13-32.
- [49] Patrick Grzanka (org.), *Intersectionality: A Foundations and Frontiers Reader* (Filadélfia, Westview, 2014).
- [50] Patricia Hill Collins, “The Tie That Binds: Race, Gender and US Violence”, *Ethnic and Racial Studies*, v. 21, 1998, p. 918-38.
- [51] Kimberlé Williams Crenshaw, “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color”, *Stanford Law Review*, v. 43, 1991, p. 1.241-99.
- [52] Erica Thurman, “Because All the Women Are Not White and All the Blacks Are Not Men: MBK, Intersectionality, and 1000+ Of Us Who Are Brave”, *The Veil*, 19 jun. 2014. Disponível em: <http://ericathurman.com/mbk-and-woc/>; acesso em: jun. 2020.
- [b] Neste livro, adotamos o mesmo critério de tradução para o termo *colorblind* adotado em Patricia Hill Collins, *Pensamento feminista negro* (trad. Jamille Pinheiro Dias, São Paulo, Boitempo, 2019). O termo, em tradução literal, significa “daltônico”. No contexto, refere-se ao não reconhecimento oficial de que o fato racial causa diferenças de tratamento na sociedade – ideia próxima ao conceito de neutralidade racial (*race neutrality*). (N. E.)

- [53] “Why We Can’t Wait: Women of Color Urge Inclusion in ‘My Brother’s Keeper’”, AAPF, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://aapf.org/2014/06/woc-letter-mbk/>; acesso em: jun. 2020. Essa carta levou a uma intensa campanha no Twitter sob a hashtag #WhyWeCantWait – em referência ao livro de Martin Luther King Jr., inspirado em sua “Carta de uma prisão em Birmingham”, publicado em 1964.
- [54] Kimberlé Williams Crenshaw, Priscilla Ocen e Jyoti Nanda, *Black Girls Matter: Pushed Out, Overpoliced, and Underprotected* (Nova York, African American Policy Forum and Columbia Law School’s Center for Intersectionality and Social Policy Studies, 2015).
- [55] INCITE! “Analysis: Dangerous Intersections”, s. d. Disponível em: <http://incite-national.org/page/analysis>; acesso em: jun. 2020.
- [56] Muhammad Yunus, “Economic Security for a World in Crisis”, *World Policy Journal*, verão de 2009, p. 6.
- [57] Idem.
- [58] Idem, “Credit for the Poor: Poverty as Distant History”, *Harvard International Review*, outono de 2007, p. 20.
- [59] Idem, “Muhammad Yunus: Global Visionary”, *Cuny Forum*, v. 2, 2014-2015, p. 87-92.
- [60] Ibidem, p. 87.
- [61] Charles Wright Mills, *The Sociological Imagination* (Oxford, Oxford University Press, 2000 [1959]) [ed. bras.: *A imaginação sociológica*, trad. Waltensir Dutra, 6. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982].
- [62] Ver, por exemplo, Kevin Bales, *Disposable People: New Slavery in the Global Economy* (Berkeley, University of California Press, 1999) [ed. port.: *Gente descartável: a nova escravidão na economia global*, trad. António Pescada, Lisboa, Caminho, 2001].
- [63] Muhammad Yunus, “Muhammad Yunus: Global Visionary”, cit., p. 87.
- [64] Ibidem, p. 88.
- [65] Idem.
- [66] Charles Hale, *Engaging Contradictions*, cit., p. 3.
- [67] Idem.
- [68] Paulo Freire, *Pedagogy of the Oppressed* (Nova York, Herder and Herder, 1970) [ed. bras.: *Pedagogia do oprimido*, 69. ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2019].
- [69] Tara Brown e Louie Rodriguez, “Special Edition: Youth in Participatory Action Research”, *New Directions for Youth Development*, 123, 2009, p. 1.
- [70] Ibidem, p. 2.
- [71] Ibidem, p. 4.
- [72] Idem.
- [c] Termo racista informal e inusual para se referir a pessoas negras. Literalmente, “povo da lama”. (N. T.)

[73] Jessie Daniels, *White Lies: Race, Class, Gender, and Sexuality in White Supremacist Discourse* (Nova York, Routledge, 1997).

[74] Idem; Abby Ferber, *White Man Falling: Race, Gender, and White Supremacy* (Lanham, Rowman and Littlefield, 1998).

[75] Jason Stanley, *How Fascism Works: The Politics of Us and Them* (Nova York, Random House, 2018) [ed. bras: *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*, trad. Bruno Alexander, 2. ed., Porto Alegre, L&PM, 2018].